

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017

(TRADUÇÃO LIVRE)



INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de euros - €)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.137.502	541.143	Fornecedores		291.649	311.631
Títulos e valores mobiliários	5	62.292	49.465	Debêntures	11	105.682	121.926
Contas a receber de clientes	6	82.324	137.605	Empréstimos e financiamentos	10	467.604	213.866
Estoques	7	334.128	396.795	Juros a pagar	10 e 11	57.571	95.678
Impostos a recuperar		40.998	42.603	Impostos e obrigações a pagar		75.225	67.618
Derivados	25	3.856	26.450	Salários e encargos sociais		43.962	43.589
Outros créditos		36.396	52.079	Dividendos e juros sobre o capital próprio		4.162	2.455
Total do ativo circulante		<u>1.697.496</u>	<u>1.246.140</u>	Adiantamentos de clientes		19.280	18.130
				Passivo atuarial	14	773	903
				Derivados	25	-	8.287
				Outras obrigações		<u>42.221</u>	<u>30.223</u>
				Total do passivo circulante		<u>1.108.129</u>	<u>914.306</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	5	2.053	2.928	Fornecedores		6.142	9.199
Contas a receber de clientes	6	1.137	6.199	Debêntures	11	895.403	1.157.415
Estoques	7	19.730	12.461	Empréstimos e financiamentos	10	1.244.050	1.932.136
Impostos a recuperar		8.273	29.675	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12	83.612	52.474
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	16.860	29.827	Provisão para recuperação ambiental	13	38.637	39.954
Depósitos judiciais		18.323	19.923	Impostos e obrigações a pagar		12.684	13.138
Derivados	25	6.690	215.450	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	232.758	301.829
Outros créditos		20.541	27.473	Passivo atuarial	14	15.740	21.825
Propriedades de investimento		7.079	7.442	Derivados	25	16.589	7.468
Investimentos		9.350	13.340	Outras obrigações		<u>16.252</u>	<u>13.831</u>
Imobilizado	8	1.565.229	2.047.838	Total do passivo não circulante		<u>2.561.867</u>	<u>3.549.269</u>
Intangíveis:				TOTAL DO PASSIVO		<u>3.669.996</u>	<u>4.463.575</u>
Ágio	9	1.399.695	1.546.629				
Outros intangíveis	9	201.001	213.388	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>3.275.961</u>	<u>4.172.573</u>	Capital social	16	1.080.949	1.080.949
				Reserva de capital	16	393.034	393.034
				Reservas de lucros	16	918.110	317.733
				Prejuízos acumulados	16	(714.314)	(507.726)
				Ajustes de avaliação patrimonial	16	(836.819)	(720.321)
				Patrimônio líquido atribuível aos controladores		840.960	563.669
				Participação de não controladores	16	<u>462.501</u>	<u>391.469</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.303.461</u>	<u>955.138</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.973.457</u>	<u>5.418.713</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.973.457</u>	<u>5.418.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Demonstrações Consolidadas do Resultado dos Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de euros - € - exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
RECEITAS	18 e 27	1.884.764	1.842.984
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	19	(1.518.347)	(1.463.581)
RESULTADO BRUTO		366.417	379.403
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e comerciais	19	(287.082)	(277.647)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	(232.024)	(349.066)
Equivalência patrimonial		864	868
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(151.825)	(246.442)
RESULTADO FINANCEIRO			
Variação cambial, líquida	20	128.311	(124.111)
Receitas financeiras	20	34.839	68.503
Despesas financeiras	20	(304.777)	(338.306)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(293.452)	(640.356)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	17	(77.547)	(49.196)
Diferidos	17	(59.679)	34.149
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(430.678)	(655.403)
PREJUÍZO ATRIBUÍVEL A:			
Participação dos controladores	22	(363.728)	(508.316)
Participação de não controladores	27	(66.950)	(147.087)
PREJUÍZO POR AÇÃO			
Básico/diluído por ação	22	(16,03)	(22,41)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente dos Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016**

(Em milhares de euros - €)

	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(430.678)	(655.403)
Outros resultados abrangentes:			
Items que não serão reclassificados para a demonstração de resultados:			
Benefícios a empregados	16	1.464	(4.794)
Items que poderão ser reclassificados para a demonstração de resultados:			
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	16	(227.851)	138.313
Instrumentos financeiros de hedge	16	15.443	(40.131)
PREJUÍZO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>(641.622)</u>	<u>(562.015)</u>
PREJUÍZO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL À:			
Participação controladora		(478.739)	(487.685)
Participação não controladora		(162.883)	(74.330)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de euros - €)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participações não controladoras	Total do patrimônio líquido
				Transações com acionistas não controladores	Legal	Investimentos					
Saldo em 31 de dezembro de 2015		1.080.949	393.034	105.690	18.063	210.360	(738.671)	(20.657)	1.048.768	451.716	1.500.484
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(508.316)	(508.316)	(147.087)	(655.403)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(2.281)	2.281	-	-	-
Efeitos da combinação de negócio sobre não controladores	16	-	-	56.390	-	-	-	-	56.390	18.307	74.697
Absorção de prejuízos com reservas de lucros		-	-	-	-	(18.965)	-	18.965	-	-	-
Dividendos a ações ordinárias e preferenciais - pagos	16	-	-	-	-	(53.804)	-	-	(53.804)	-	(53.804)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.646)	(3.646)
Dividendos pagos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(579)	(579)
Outros resultados abrangentes	16	-	-	-	-	-	20.631	-	20.631	72.757	93.388
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u>1.080.949</u>	<u>-</u>	<u>162.080</u>	<u>18.063</u>	<u>137.590</u>	<u>(720.321)</u>	<u>(507.727)</u>	<u>563.669</u>	<u>391.468</u>	<u>955.137</u>
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(363.728)	(363.728)	(66.950)	(430.678)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(1.487)	1.487	-	-	-
Aquisição de participações não controladoras	1 e 16	-	-	703.041	-	-	-	-	703.041	316.152	1.019.193
Venda de participações não controladoras	1 e 16	-	-	55.559	-	-	-	-	55.559	(64.400)	(8.841)
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido	2 e 15	-	-	(2.570)	-	-	-	-	(2.570)	(873)	(3.443)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	(16.964)	(16.964)
Dividendos pagos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(95.933)	(210.944)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(115.011)	-	(115.011)	(95.933)	(210.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>1.080.949</u>	<u>393.034</u>	<u>918.110</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(836.819)</u>	<u>(714.314)</u>	<u>840.960</u>	<u>462.501</u>	<u>1.303.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de euros - €)

	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(293.452)	(640.356)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas operações:			
Depreciação, amortização, exaustão e perda de valor recuperável		446.722	593.048
Provisão (reversão) de provisões para perdas prováveis, líquidas		(10.648)	(22.478)
Juros, encargos provisionados e variações cambiais		139.865	394.606
Ganho na venda de ativo permanente		(7.292)	(11.858)
Equivalência patrimonial		(864)	(868)
Outras perdas operacionais não caixa (ganhos)		4.646	(424)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Partes relacionadas		(367)	1.320
Contas a receber de clientes		51.594	(11.290)
Estoques		6.361	(48.866)
Impostos a recuperar		(195)	1.714
Outros créditos		237	(1.261)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Partes relacionadas		603	167
Fornecedores		15.980	70.285
Salários e férias a pagar		1.776	1.024
Outras obrigações e contas a pagar		(13.456)	(109.606)
Impostos e obrigações a pagar		11.366	5.003
Caixa gerado pelas atividades operacionais		352.875	220.160
Imposto de renda e contribuição social pagos		(50.704)	(38.018)
Juros pagos		(225.158)	(242.847)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		77.013	(60.705)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (aplicações) de títulos e valores mobiliários		(11.294)	(7.510)
Aquisição de imobilizado		(130.336)	(116.087)
Adições ao intangível		(2.437)	(1.104)
Venda de participações não controladoras	1 e 16	953.685	79.851
Aquisição de participações não controladoras	1 e 16	(21.269)	-
Venda de imobilizado		7.732	6.440
Outros		(1.436)	-
Dividendos recebidos		850	869
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		795.495	(37.541)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		298.469	237.606
Operações de Swap	25	204.456	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		(689.283)	(290.197)
Dividendos pagos		-	(53.804)
Outros instrumentos de capital		(13.521)	(8.053)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		(199.879)	(114.448)
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		672.630	(212.694)
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(76.271)	(14.134)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	4	541.143	767.971
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	4	1.137.502	541.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em milhares de euros - €, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional

InterCement Participações, S.A. ("Companhia") é uma empresa privada domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, que tem como objetivo deter participações em ativos e investimentos no exterior, liderando um grupo de empresas que está presente em 8 países ("Grupo ICP" ou "Grupo"). A controladora final é a Camargo Corrêa S.A. O Grupo tem como objetivo principal a produção e comercialização de cimento e seus derivados, além da extração dos minerais usados para produzir esses produtos.

A Companhia possui 40 fábricas de cimento, 71 fábricas de concreto e 21 fábricas de agregados (localizadas no Brasil, Argentina, Paraguai, Portugal, Egito, Moçambique e África do Sul). Também possui um terminal portuário em Cabo Verde e sete fábricas produtoras de cal, embalagem e argamassa. Além disso, no Brasil, a Companhia possui participações em ativos de geração de energia elétrica, como auto-produtor para algumas de suas fábricas.

Em 5 de setembro de 2017, a Companhia tornou público que entre as iniciativas realizadas por ela para reduzir sua alavancagem, o conselho de administração da empresa controlada na Argentina, Loma Negra, C.I.A.S.A. ("Loma Negra"), promoveu iniciativas para permitir que a Loma Negra estivesse em posição de buscar uma oferta de ações nos mercados de capital doméstico e internacional. A Oferta Pública Inicial ("IPO") da Loma Negra sobre parte do seu capital social ocorreu em uma oferta de dupla listagem na NYSE (EUA) e na BYMA (Argentina).

Em 3 de novembro de 2017, o IPO fechou ao preço de US\$19,00 por American Depositary Shares ("ADSs").

A Loma Negra vendeu 53.530.000 ADS nesta oferta internacional, representando 267.650.000 de ações ordinárias da Companhia, incluindo o pleno exercício da opção de compra de 7.530.000 ADS adicionais pelos subscritores. A Loma Negra obteve uma receita bruta de US\$34.200 milhões e o vendedor acionista (Loma Negra Holding GmbH) obteve a receita bruta de US\$982.870 milhões. A Loma Negra também obteve uma receita bruta de US\$79.800 milhões provenientes da venda de 21.000.000 ações ordinárias em oferta simultânea na Argentina. No total, a empresa e o vendedor acionista obtiveram a receita bruta de US\$1.096.870 milhão (da oferta global) para 48,43% do capital social (€876,317 de receita líquida – ver Nota 16).

Em 21 de junho de 2017, uma assembleia geral extraordinária de acionistas ("AGE") da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Cimpor") deliberou sobre a perda de status de empresa pública, nos termos do artigo 27(1)(b) do Código Português de Valores Mobiliários (CVM), mediante uma proposta de resolução para o efeito apresentada pela InterCement Austria Holding GmbH, uma subsidiária totalmente controlada da InterCement Participações S.A., que possuía diretamente (antes do processo de *delisting*) 74,64% do capital social da empresa. A deliberação dos acionistas foi aprovada por uma maioria de 99,28% dos votos expressos correspondentes a 94,67% do capital social de votação da Cimpor.

Além da citada resolução e, na sequência do pedido da Cimpor, em 26 de setembro de 2017, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM") aprovou a referida perda do estatuto de empresa pública, nos

termos dos artigos 27, 28 e 29 do CVM. Como consequência da decisão da CMVM, as ações da Cimpor foram excluídas da negociação na NYSE Euronext Lisboa.

Nos termos do artigo 27(3) do CVM, a InterCement Austria Holding GmbH comprometeu-se a adquirir as ações free-float restantes do capital social da Cimpor (até 29.907.603 ações) que não votaram a favor da resolução sobre a perda de estatuto de empresa pública na AGE, por um preço unitário de €0,340 por ação. O compromisso da InterCement Austria Holding GmbH esteve em vigor por um período de 3 meses contados a partir da data de publicação da declaração de perda de estatuto de empresa pública pela CMVM (ou seja, até 27 de dezembro de 2017). A InterCement adquiriu 2,92% das ações da Cimpor nos termos do presente compromisso, num investimento de €6.663 (ver Nota 16).

2. Bases de Elaboração e principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registros contábeis da Companhia e das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contábeis do Brasil, que se equivalem às Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC, emitidas pelo IFRS Interpretation Committee ("IFRIC"). O conjunto dessas normas e interpretações será denominado nesse relatório genericamente como "IFRS".

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$); no entanto, as demonstrações financeiras estão apresentadas em euros (moeda de apresentação) para a conveniência dos leitores fora do Brasil. Conforme o parágrafo 38 da IAS 21 - Efeitos das Variações em Taxas de Câmbio, a Companhia pode apresentar suas demonstrações financeiras em qualquer moeda.

2.2. Novas normas e interpretações, revisões e modificações

a) Novas normas e interpretações

As novas normas e interpretações contábeis abaixo, que foram emitidas até 31 de dezembro de 2017 pela "International Accounting Standards Board – IASB", não foram aplicadas antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essas normas serão implementadas logo que a aplicação das mesmas se torne obrigatória. A Companhia está num processo de avaliação dos possíveis impactos de tais normas sobre suas demonstrações financeiras, cuja conclusão ainda não se encontra finalizada.

Norma	Data efetiva	Descrição
IFRS 17 – Contratos de Seguro	1º de janeiro de 2021	Esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguro no âmbito de aplicação da norma. Esta norma substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro.

Modificação à IFRS 2: classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações	1º de janeiro de 2018	Esta modificação elucida a classificação e mensuração da norma relacionada a: (i) contabilidade para transações de pagamento com base em ações e liquidadas em dinheiro que incluem uma condição de desempenho; (ii) contabilidade para modificações de transações de pagamento com base em ações de uma liquidação em dinheiro para uma liquidação com capital próprio; (iii) classificação das transações de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido.
Modificação à IAS 40: transferências de propriedade de investimento	1º de janeiro de 2018	Esta modificação fornece orientação sobre as transferências para, ou de, propriedades para investimento, no caso de uma alteração de uso evidente.
Melhorias para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards, IFRS) (ciclo 2014-2016)	1º de janeiro de 2018, exceto as modificações à IFRS 12, com início em ou após 1º de janeiro de 2017.	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados a: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro: excluir as isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades: explica o âmbito de aplicação da norma, especificando os requisitos de divulgação na norma, que são classificados como destinados para venda, destinados para distribuição ou como operações descontinuadas, de acordo com a IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em Associadas e Joint Ventures: explica que a escolha para mensurar com valor justo através do resultado de um investimento em uma associada ou joint venture mantida por uma entidade, que é uma organização de capital de risco ou outra entidade qualificada, está disponível para cada investimento em uma associada ou joint venture numabase de um investimento por investimento, mediante o reconhecimento inicial.
Melhorias para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards, IFRS) (ciclo 2015-2017)	1º de janeiro de 2019	Estas melhorias envolvem a explicação de alguns aspectos relacionados a: IFRS 3 – Combinações de Negócios: explica que uma entidade, ao obter o controle de um negócio que é uma operação conjunta, mensura novamente as participações detidas anteriormente nesse negócio; IFRS 11 – Regime Misto: clarifique uma entidade, ao obter o controle conjunto de uma empresa que é uma operação conjunta, não mensura as participações detidas anteriormente nesse negócio; IAS 12 – Imposto de Renda: explica que todo imposto de renda sobre dividendos deve ser reconhecido nos resultados, independentemente de como o imposto é formado; IAS 23 – Custos de Empréstimos: explica que caso um empréstimo específico se mantenha após o ativo relacionado estar

pronto para o respectivo uso ou venda, este empréstimo torna-se parte dos empréstimos gerais da entidade para a determinada taxa de capitalização a aplicar.

Modificação à IFRS 9: recursos de pré-pagamento com compensação negativa	1º de janeiro de 2019	Esta modificação permitirá que os ativos financeiros com condições contratuais que, como resultado de um recurso de pré-pagamento, permitam o pagamento de uma quantia considerável pelo credor, possam ser mensurados pelo custo amortizado ou valor justo através de outros rendimentos abrangentes (dependendo do modelo de negócio da empresa) se duas condições forem atendidas: (i) quando a entidade reconhece inicialmente o ativo financeiro, o valor justo do recurso de pré-pagamento é insignificante; e (ii) a avaliação de que o valor do pré-pagamento não é unicamente um pagamento do capital e juros sobre o capital, dependendo somente do fato de que a parte que escolhe rescindir o contrato possa receber uma compensação suplementar razoável por fazê-lo.
Modificação à IAS 28: participações de longo prazo em Associadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2019	Esta modificação explica que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os seus requisitos de imparidade) às participações de longo prazo em uma associada ou joint venture que façam parte do investimento líquido na associada ou na joint venture em que o método de equivalência não é aplicado.
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamentos	1º de janeiro de 2018	Esta interpretação explica a contabilização de transações que incluem o recebimento ou pagamento de adiantamentos em moeda estrangeira.
IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos tributários referentes ao Imposto de Renda	1º de janeiro de 2019	A interpretação deve ser aplicada para a determinação do lucro tributável (perda fiscal), das bases tributárias, perdas fiscais não usadas, dos créditos fiscais não utilizados e das alíquotas, quando há incerteza sobre os tratamentos tributários referentes ao imposto de renda.

Norma	Data efetiva	Descrição
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e subsequentes modificações	1º de janeiro de 2018	Esta norma é parte da revisão do projeto IAS 39 e estabelece novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros e também passivos, metodologia de cálculo de imparidade e a aplicação de regras de contabilização de cobertura.
IFRS 15 – Receitas provenientes de contratos com os clientes	1º de janeiro de 2018	Esta norma introduz uma estrutura de receita baseada em princípios com base em um modelo a ser aplicado a todos os contratos com os clientes, substituindo a IAS 18 – Receitas, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização de cliente; IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis; IFRIC 18 – Clientes com futuras transferências de ativos e SIC 31 – Receitas – Transações de troca envolvendo serviços de publicidade.
IFRS 16 – Arrendamentos	1º de janeiro de 2019	Esta norma introduz os princípios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos, substituindo a IAS 17 – Arrendamentos. Esta norma define um modelo de contabilidade de contratos de arrendamento único que resulta no reconhecimento por parte do arrendatário de ativos e passivos de todos os arrendamentos, exceto dos com menos de 12 meses, ou dos referentes aos bens de valor reduzido. Os proprietários continuam a classificar os arrendamentos entre operacionais ou financeiros, e a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades em relação ao que está definido na IAS 17.
Explicações sobre a IFRS 15 – Receitas provenientes de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Estas modificações introduzem várias explicações na norma a fim de eliminar a possibilidade de interpretações divergentes sobre vários tópicos.
Modificações à IFRS 4: aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com a IFRS 4 – Contratos de Seguros'	1º de janeiro de 2018	Modificação resultante da aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com a IFRS 4 – Contratos de Seguros. A IFRS 4 será substituída pela entrada em vigor da IFRS 17.

b) Normas novas e revisadas e interpretações implementadas em 2017

Norma	Data efetiva	Descrição
Modificação à IAS 12 – Modificada pelo reconhecimento de impostos diferidos ativos para as perdas não realizadas	1º de janeiro de 2017	Esta alteração explica as condições de reconhecimento e mensuração de impostos diferidos ativos para as perdas não realizadas.
Modificações à IAS 7 – Divulgações	1º de janeiro de 2017	Esta alteração introduz divulgações adicionais relacionadas a demonstrações de fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas resultantes da adoção das normas, interpretações, modificações e revisões, com aplicação obrigatória, pela primeira vez, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.3. Julgamentos contábeis críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e premissas que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os ganhos e perdas.

Essas estimativas são elaboradas com base no conhecimento existente no encerramento de cada exercício social e nas ações que se planejam realizar, sendo periodicamente revisadas com base na informação disponível. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, podendo os resultados reais futuros diferir daquelas estimativas.

As estimativas e premissas significativas utilizadas pela Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, as premissas utilizadas no tratamento dos seguintes assuntos:

- Perdas de ativos não circulantes (excluindo ágio)

A determinação de uma eventual perda de valor recuperável pode ser determinada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais externos ao Grupo, tais como condições macroeconômicas, industriais e mercado, custos, desempenho financeiro ou quaisquer outras alterações, sejam internas ou externas ao Grupo.

A identificação dos indicativos de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam em julgamento por parte da Administração no que diz respeito à identificação e avaliação dos diferentes indicativos de imparidade, unidades geradoras de caixa, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, taxas de crescimento, vidas úteis e valores de transações.

- Imparidade (ágio)

O ágio é testado anualmente para aferição de imparidade ou sempre que existem indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa às quais pertence o ágio são determinados com base no maior valor entre o valor de uso, apurado de acordo com os fluxos de caixa futuros esperados, e o valor realizável líquido, de acordo com múltiplos de transações recentes. Na determinação do valor de uso são utilizadas estimativas por parte da Administração relativamente à evolução futura da atividade e às taxas de desconto consideradas.

- Provisões das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado no final de cada exercício, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e imobilizado

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar, do seu valor residual e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

- Registo de provisões e divulgação de passivos contingentes

O Grupo analisa periodicamente eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustes significativos, quer por variação das premissas utilizadas, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos ativos apenas quando for provável de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja a expectativa de reversão seja no mesmo exercício em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação da realização dos impostos diferidos ativos é efetuada pela Administração ao final de cada exercício, tendo em vista a expectativa de desempenho futuro.

- Benefícios de aposentadoria e saúde

A avaliação dos passivos relacionados aos benefícios de aposentadoria e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo é efetuada anualmente através de estudos atuariais elaborados por avaliadores independentes, com base em premissas atuariais associados a indicadores econômicos e demográficos. Quaisquer alterações nessas premissas terão impacto no montante dos passivos relacionados aos benefícios de aposentadoria e saúde, sendo política do Grupo rever periodicamente estas premissas.

- Mensuração de instrumentos financeiros derivativos

A mensuração de instrumentos financeiros derivativos envolve um conjunto de estimativas e premissas variáveis, em particular as expectativas das taxas de juros e de câmbio, bem como estimativas sobre o risco de crédito do Grupo e das diversas contrapartes envolvidas, as quais poderão divergir daqueles que venham efetivamente a ocorrer.

2.4. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

As empresas controladas foram consolidadas em cada exercício social. Considera-se existir controle quando o Grupo detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente da demonstração da posição financeira, da demonstração do resultado do exercício e da demonstração do resultado abrangente, na rubrica de "Participações de não controladores".

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos ou excluídos na demonstração do resultado abrangente desde a data em que o Grupo passa a deter controle até à data em que o mesmo deixa de existir, respectivamente.

As transações e saldos entre as empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais ou menos-valias decorrentes da alienação de empresas controladas e investidas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das empresas controladas e investidas, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contábeis com as do Grupo.

b) Combinações de negócios

A combinação de negócios, nomeadamente, a aquisição de empresas controladas, é registrada pelo método de aquisição.

O custo de aquisição é determinado através do somatório do valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes incorridos ou assumidos, e instrumentos de patrimônio líquido emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o valor justo de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes ou de pagamento diferido, de acordo com a IFRS 13, são registrados no resultado.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram com os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Combinação de Negócios ("IFRS 3"), são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição, exceto os ativos não circulantes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não circulantes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respectivo valor justo deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso de custo de aquisição acrescido do valor das participações de não controladores frente ao valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição acrescido do valor das participações de não controladores seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como resultado líquido do exercício em que ocorre a aquisição, após confirmação do valor justo atribuído.

Se o processo de contabilização da combinação de negócios estiver incompleto no final do exercício em que a combinação ocorra, o Grupo divulga essa situação, sendo que os valores provisórios podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição limitado ao período máximo de 12 meses).

As participações de não controladores são identificadas no patrimônio líquido separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas. As participações de não controladores podem ser inicialmente mensuradas pelo seu valor justo, ou pela proporção do valor justo de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contábil das participações de não controladores é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de patrimônio líquido da controlada. O resultado abrangente de uma controlada é atribuído às participações de não controladores ainda que o mesmo seja negativo.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações do resultado abrangente desde a data de sua aquisição até à data de sua venda.

Nas situações em que o Grupo detenha, substancialmente, o controle de outras entidades criadas para fins específicos, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Alterações no percentual de controle em empresas controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses sem controle são ajustados para refletir alterações nos percentuais. Qualquer diferença entre o valor pelo qual as participações de não controladores é ajustada e o valor justo da transação é reconhecido diretamente no patrimônio líquido e atribuído aos controladores.

Quando o Grupo perde controle sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do valor justo dos ativos recebidos e o valor justo dos interesses retidos e (ii) o valor contábil dos ativos (incluindo ágio) e dos passivos da subsidiária e dos interesses sem controle. Montantes reconhecidos previamente como ajustes de avaliação patrimonial reconhecidos no patrimônio líquido, resultantes dos efeitos cambiais da conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira, tal como definido na Nota 2.9 abaixo, são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O valor justo dos interesses retidos corresponde ao valor justo no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros ou, quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros nas empresas associadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método e ajustados, sempre que necessário, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contábeis com as do Grupo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registradas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente à participação no resultado da associada (incluindo resultados líquidos das empresas associadas) por contrapartida de resultado líquido do exercício ou do resultado abrangente, conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

Perdas em associadas cujo valor exceda o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para participar nessas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos e passivos contingentes identificáveis é registrado como “Investimentos em associadas – Ágio”. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração consolidada do resultado do exercício em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de perda do valor recuperável do ativo, sendo registradas como custo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, estas são objeto de reversão. A reversão de perdas por imparidade são reconhecidas no resultado até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido registrada.

d) Controladas em conjunto

As participações financeiras em controladas em conjunto são registradas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são registradas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A classificação de interesses financeiros detidos em entidades controladas em conjunto é determinada com base: i) em acordos de acionistas que regulam o controle conjunto; ii) no percentual efetiva de detenção; iii) nos direitos de voto detidos.

Investimentos em controladas em conjunto são um acordo conjunto entre as partes que têm o controle conjunto, os quais têm direitos sobre os ativos e passivos relativos ao controle conjunto. A Companhia registra os ativos, passivos e as operações, com base nos direitos e obrigações determinadas em tal acordo.

e) Ágio

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias acrescido do valor justo das participações de não controladores e o valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registradas como ágio.

O ágio é registrado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado individualmente na demonstração financeira consolidada. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, o valor do ágio é submetido a teste de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registrada como perda na demonstração consolidada do resultado do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente ágio é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Os valores do ágio são expressos na moeda funcional da respectiva unidade geradora de caixa, sendo convertidos para a moeda funcional da Companhia (Reais) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registradas no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Os valores do ágio correspondentes a aquisições anteriores a 31 de dezembro de 2008 foram mantidos de acordo com os valores anteriores e foram denominados em reais, sendo submetidos a testes anuais de imparidade desde aquela data.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração consolidada do resultado do exercício em que ocorre a aquisição.

2.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor econômico futuro, incluindo direitos e licenças adquiridas, encontrando-se registrado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável benefícios econômicos futuros para o Grupo, se forem por este controláveis e se o respectivo valor puder ser medido com confiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, denominados como despesas com pesquisa e desenvolvimento corrente, são registrados como custo quando são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registrados como despesas na demonstração consolidada do resultado quando incorridos, exceto nas situações em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios econômicos futuros, caso em que são classificados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos intangíveis se encontram disponíveis para utilização, linearmente, de acordo com sua vida útil estimada, conforme descrito a seguir:

	Anos de vida útil
Direito de uso de software	3 a 5
Gastos com desenvolvimento de projetos	3 a 5
Bens vinculados à concessão	10 a 35

2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear, exceto se outro método se mostrar mais adequado face ao respectivo uso, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados e em local pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edificações e outras construções	3 a 50
Máquinas e equipamentos	2 a 50
Veículos	2 a 16
Móveis e utensílios	2 a 33
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	50
Fornos, moinhos e silos	30 a 53

(*) a exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) linearmente, com base na vida útil definida para a mina.

Os terrenos destinados à exploração de pedreiras e os recursos minerais são depreciados de forma linear, no período previsto de exploração, deduzido do respectivo valor residual, quando aplicável.

A quantia depreciável dos ativos imobilizados não inclui, quando determinável e significativo, o valor residual que se estima no final das respectivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias apenas são registradas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios econômicos futuros.

Os ativos imobilizados em curso representam ativos imobilizados ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de ativos imobilizados são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábil na data de alienação, sendo registradas pelo valor líquido na demonstração consolidada do resultado, como "Outras receitas operacionais" ou "Outras despesas operacionais".

2.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locação financeira, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade; e, (ii) locação operacional, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios

inerentes à propriedade.

Os contratos de locação são classificados como financeiros ou operacionais com base na substância e não na forma do contrato. Itens do imobilizado adquiridos mediante leasing financeiro, bem como os passivos correspondentes a estes, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registrado como imobilizado, o passivo correspondente é reconhecido e os juros incluídos nas parcelas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito no item 2.6, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado no respectivo exercício.

No caso de locação operacional, as parcelas são reconhecidas de forma linear na demonstração consolidada do resultado enquanto durar o contrato..

De acordo com a IFRIC 4 – A determinação de se um contrato contém leasing e caso um contrato contenha, substancialmente, cláusulas de leasing, incluindo transações que transfiram o direito de usar um ativo ou, caso o cumprimento do acordo dependa do uso de um ativo específico, o Grupo analisa o contrato a fim de definir se ele contém uma locação e se as disposições da IAS 17 – Locações devem ser aplicadas.

2.8. **Imparidades** de ativos não circulantes, excluindo ágio

É efetuada uma avaliação de **imparidades** sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à análise do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no ágio e em ativos fixos imobilizados e intangíveis”.

O valor recuperável é o mais alto entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor em uso. O preço de venda líquido é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no ágio e em ativos fixos imobilizados e intangíveis”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registrada em exercícios anteriores.

2.9. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes da moeda funcional são registradas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registradas como receitas e custos na demonstração consolidada do resultado, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de valor justo seja registrada diretamente em patrimônio líquido (“Ajustes de avaliação patrimonial”).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada da seguinte forma: considerando a taxa de câmbio vigente à data da demonstração financeira, para conversão de ativos e passivos; a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de patrimônio líquido; e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas das demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registrados no patrimônio líquido como “Ajustes de avaliação patrimonial”, sendo transferidos para a demonstração do resultado quando os respectivos investimentos são alienados.

De acordo com a IAS 21, o ágio e as correções de valor justo apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registradas como ganhos e perdas no patrimônio líquido (“Ajustes de avaliação patrimonial”), exceto quando os mesmos configuram uma operação descontinuada, situação em que são incluídos como resultado líquido de operações descontinuadas.

2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos que requerem um período substancial de tempo para atingir a sua condição de uso ou venda (“ativos qualificáveis”) são acrescidos ao custo desses ativos durante aquele período de tempo.

Na medida em que empréstimos a taxa de juros variável, destinados a financiar a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, estejam sendo cobertos por meio de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva do valor justo do instrumento financeiro derivativo é reconhecida em reservas e transferida para o resultado quando o ativo qualificável tem impacto no resultado. Adicionalmente, na medida em que empréstimos à taxa de juros fixa usada para financiar um ativo qualificável estejam sendo cobertos através de hedge de valor justo, os encargos financeiros acrescidos ao custo do ativo devem refletir a taxa de juros coberta.

Qualquer receita financeira gerada pela aplicação temporária dos empréstimos contraídos para financiamento de ativos qualificáveis é deduzida dos encargos a serem capitalizados.

2.11. Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com seu valor justo, quando existe uma garantia razoável de que serão recebidos e que as condições exigidas para sua concessão serão cumpridas.

Subsídios a investimentos, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica “Outros passivos não circulante” ou deduzidos do custo de aquisição do ativo e transferidos para o resultado do exercício, de forma consistente e proporcional das depreciações dos bens para cuja aquisição se destinaram.

2.12. Estoques

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semi-acabados são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fábrica.

O valor dos estoques é ajustado quando o valor realizável for menor que o valor registrado, através do registro de uma provisão, os ajustes são revertidos sempre que o razão do registro da provisão deixe de existir.

2.13. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Ativos não circulantes (ou grupo para alienação) são classificados como mantidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a Administração está comprometida com um plano de venda; e, (iv) há expectativa de que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não circulante (ou grupo para alienação) classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil ou o respectivo valor justo deduzido dos custos para a sua venda, e são apresentados separadamente na demonstração financeira consolidada.

Uma operação descontinuada é um componente de uma entidade que, ou foi alienado, ou está classificado como detido para venda e:

- Representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- Faz parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- É uma subsidiária adquirida exclusivamente para revenda.

Os montantes incluídos na demonstração consolidada do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa relativos a essas operações descontinuadas são apresentados separadamente para o exercício corrente e para todos os exercícios anteriores que sejam apresentados nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos relacionados com operações descontinuadas (ainda não alienadas) são apresentados em linhas separadas para o último exercício apresentado, sem reajuste dos anos

anteriores.

2.14. Segmentos operacionais

Segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços em um determinado ambiente econômico sujeito a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

O Grupo apresenta seus ativos e passivos, bem como suas operações, agregados em segmentos geográficos, de forma consistente com aquela em que a Administração conduz e monitora os negócios.

2.15. Classificações no balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, como ativos e passivos correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

2.16. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e receitas operacionais, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com ativos imobilizados e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos-valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e controladas em conjunto. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

a) Provisões para reestruturação

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

b) Recuperação ambiental

Conforme disposições legais e práticas vigentes em várias áreas de negócios, os terrenos utilizados na exploração de pedreiras devem ser submetidos a recuperação ambiental.

Neste contexto, sempre que determináveis, são constituídas provisões para fazer face aos custos

estimados com a recuperação e remediação ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registradas juntamente com um adicional ao valor do ativo correspondente, com base em estudos de recuperação ambiental, sendo esse adicional reconhecido no resultado à medida que os ativos são depreciados.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à recuperação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontram constituídas.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações financeiras, vencíveis no curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas no reconhecimento inicial pelo respectivo valor justo e, subsequentemente, pelo respectivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Quando existe evidência de que há perda de valor recuperável, procede-se ao registro do respectivo ajuste no resultado, correspondente à diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juros efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Outros investimentos

Os outros investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e benefícios inerentes à sua propriedade, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço dos ativos entregues, incluindo despesas de transação. A mensuração subsequente depende da sua classificação.

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Ativos mensurados ao valor justo através de resultado; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos mantidos até o vencimento são investimentos com vencimento definido e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não circulante, exceto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço. Estes investimentos são registrados ao custo amortizado, através da taxa de juros efetiva, líquido de

amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas por imparidade no resultado quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa, descontados à taxa de juros efetiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas por imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respectivo custo amortizado caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Após o reconhecimento inicial, os ativos mensurados ao valor justo através do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus valores justos por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam instrumentos de patrimônio líquido não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com confiabilidade o seu valor justo, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados como ativos não circulante. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são registrados como outras receitas e despesas reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de avaliação patrimonial até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é transferido para resultado do exercício. Os que não tenham cotação num mercado ativo e cujo valor justo não possa ser mensurado com confiabilidade são mantidos ao custo de aquisição ajustado pelas perdas por imparidade estimadas.

d) Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

Os passivos financeiros e os instrumentos de patrimoniais emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos patrimoniais são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos patrimoniais emitidos são registrados pelo valor recebido, líquido de custos gerados pela sua emissão.

A Companhia também possui contratos que incluem instrumentos de patrimônio líquido e instrumentos financeiros, os quais são classificados separadamente de acordo com as respectivas características contratuais. Os instrumentos de patrimônio líquido são valorizados ao custo histórico, e os instrumentos financeiros ao justo valor por resultados.

e) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo valor justo nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método de custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juros efetiva.

Os juros incorridos são reconhecidos de acordo com sua competência no exercício e são apresentados na demonstração consolidada na rubrica de “Outros passivos circulantes – Juros a pagar”.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registradas inicialmente pelo respectivo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juros efetiva.

g) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juros e taxas de câmbio.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos obedece às políticas internas definidas e aprovadas pela Administração.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo respectivo valor justo. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

Instrumentos de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivativos como sendo um instrumento de hedge obedece às disposições da IAS 39, de acordo com à respectiva documentação e avaliação de efetividade.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos designados como hedge de “valor justo”, bem como as alterações no valor justo do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do exercício.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa são registradas como outras receitas e despesas reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de operações de hedge de acordo com sua parcela eficaz e em resultados financeiros da sua parcela ineficaz. Os valores registrados são transferidos para resultados no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Para instrumentos financeiros derivativos de hedge de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações de valor justo são registradas como outras receitas e despesas reconhecidos no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial na sua parcela eficaz. A parcela ineficaz daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do exercício. Caso o instrumento de hedge não seja um derivativo, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são, igualmente, registradas como outras receitas e despesas reconhecidos no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

A contabilização de hedge é descontinuada quando o instrumento de hedge atinge seu vencimento, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39.

Instrumentos de negociação

Variações no valor justos dos instrumentos financeiros derivativos que foram contratados com o objetivo de efetuar hedge financeiro de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, mas não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que diz respeito à possibilidade de qualificação como contabilidade de hedge, são registradas na demonstração consolidada do resultado em resultados financeiros do exercício em que ocorrem.

h) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações em tesouraria são registrados no patrimônio líquido.

i) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é determinado da seguinte forma:

- O valor justo de ativos e passivos financeiros com condições padronizadas e negociados em mercados ativos líquidos, é determinado com referência aos valores de cotação;
- O valor justo de outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de avaliação geralmente aceitos, com base em análise de fluxos de caixa descontados, levando em consideração preços praticados em transações correntes no mercado;
- O valor justo de instrumentos financeiros derivativo é determinado com referência a valores de cotação. No caso destas não estarem disponíveis, o valor justo é determinado com base em análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem premissas baseadas em preços ou taxas negociadas no mercado.

2.19. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa no encerramento da demonstração financeira se existe evidência de que há perda do valor recuperável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, uma redução prolongada ou significativa em seu valor justo abaixo de seu custo é considerado como um indicador de perda do valor recuperável. Nesta situação, a eventual perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é transferida de reservas (outras receitas e gastos reconhecidos no patrimônio líquido) para resultado do exercício. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas no resultado não são revertidas através de resultados do exercício, afetando diretamente outros rendimentos reconhecidos no patrimônio líquido.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

A Companhia registra provisões quando existem indicativos claros de que o Grupo não irá receber todos

os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- tempo de inadimplência;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas de valor recuperável são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor contábil do ativo financeiro e são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, este é desreconhecido utilizando a imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registradas no resultado.

2.20. Benefícios a empregados – plano de pensão

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de aposentadoria, invalidez e sobrevivência são registradas de acordo com os critérios constantes no IAS 19 – Benefícios a empregados (“IAS 19”).

Planos de benefício definido

Os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada exercício social, são obtidos estudos atuariais elaborados por avaliador independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registrar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades, assim estimadas, são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registrar na demonstração consolidada.

As despesas com plano de pensão são registrados na rubrica “Custos com o pessoal”, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no exercício e o custo líquido dos juros, o qual resulta da aplicação da taxa de desconto sobre a responsabilidade líquida no início do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são registrados como outros rendimentos e gastos reconhecidos no patrimônio líquido.

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registradas como custo na data em que são devidas.

2.21. Benefícios a empregados – plano de saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados planos de saúde complementar aos oferecidos pelos serviços oficiais de saúde e Segurança Social, extensivo a familiares e aposentados. As responsabilidades decorrentes do referido plano, quando aplicável, são registradas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica de “Custos com pessoal – Benefícios de saúde”.

Assim como o tratamento dado aos benefícios de aposentadoria, no final de cada exercício social são

obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes de forma a determinar o passivo respectivo para o encerramento do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente como outros resultados e gastos reconhecidos no patrimônio líquido.

2.22. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é: (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com confiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios econômicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício econômico futuro.

2.23. Reconhecimento de receita e período de competência

A receita decorrente das vendas é reconhecida na demonstração do resultado e do resultado abrangente quando os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens são transferidos para o comprador e o valor da receita pode ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo valor justo do montante recebido ou a receber.

A receita decorrente da prestação de serviços é reconhecida na demonstração de resultado no exercício em que os serviços são prestados, considerando a fase de conclusão da transação na data das demonstrações financeiras.

Os juros e a receita financeira são reconhecidos com base no princípio da competência dos exercícios e de acordo com a taxa de juros efetiva aplicável.

Os custos e a receita são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data de seu faturamento. Os custos e a receita cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e a receita imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que se refiram a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde, são registrados nas rubricas de “Outros ativos circulantes” e “Outros passivos circulantes”.

Os dividendos relativos aos investimentos registrados ao custo ou de acordo com a IAS 39 são reconhecidos no exercício em que se confirmou o direito ao seu recebimento.

2.24. Imposto de renda

O imposto de renda do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais podem diferir dos resultados contábeis) das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor na jurisdição fiscal de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para fins contábeis e os respectivos valores para fins fiscais e são registrados na demonstração do resultado, exceto quando eles se relacionam com itens registrados como outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso em que o imposto diferido é registrado no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos de impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respectivo desconto.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registrados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração financeira, é efetuada uma reavaliação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos dos impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura. A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: i) existe um direito legal ou haja intenção de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o renda lançados pela mesma autoridade fiscal; e iii) existe a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não utilizados são reconhecidos quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados de acordo com as regras fiscais de cada subsidiária.

2.25. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Controladora pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Controladora pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, conversíveis em ações da Controladora.

2.26. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados nas notas explicativa às demonstrações financeiras.

2.27. Juros sobre capital próprio

São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.28. Licenças de emissão de CO₂ – Mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo em Portugal encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma política contábil que enquadre o mecanismo de atribuição e transação de licenças de emissão, o Grupo adota a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo;
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registrados em resultados operacionais;
- Quando se estima que as emissões anuais de CO₂ excedem as licenças anualmente atribuídas é reconhecido um passivo, por contrapartida de “Outros custos operacionais”, o qual é mensurado de acordo com a cotação do final do exercício;
- As licenças adquiridas são mensuradas ao seu custo de aquisição e reconhecidas como ativos intangíveis - “Propriedade industrial e outros direitos”.

2.29. Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Divisa	Câmbio fechamento (R\$)		Câmbio médio (R\$)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
USD Dólar americano	3,30800	3,25910	3,20721	3,46213
EUR Euro	3,96930	3,43840	3,62428	3,83057
MZN Novo metical moçambicano	0,05661	0,04572	0,05114	0,05456
CVE Escudo cabo verdiano	0,03600	0,03118	0,03287	0,03474
EGP Libra egípcia	0,18660	0,18110	0,18076	0,35427
ZAR Rand sul africano	0,26900	0,23790	0,23988	0,23558
ARS Peso argentino	0,17737	0,20510	0,19224	0,23342
PYG Guarani paraguaio	0,00059	0,00056	0,00057	0,00061

2.30. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as seguintes controladas e operações conjuntas diretas e indiretas:

	31.12.2017		31.12.2016			
	Participação - % Direta	Participação - % Indireta	Participação - % Direta	Participação - % Indireta		
Subsidiárias:						
SEGMENTO HOLDINGS, ENTIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO, CORPORATIVAS E TRADING						
InterCement Austria Holding GmbH	1	Áustria	100,00	-	100,00	-
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	2	Portugal	a)	77,55	-	74,63
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	3	Espanha	-	77,55	-	74,63
InterCement Austria Equity Participation GmbH	4	Áustria	-	77,55	-	74,63
Caue Austria Holding GmbH	5	Áustria	-	77,55	-	74,63
Cimpor Financial Operations, B.V.	6	Holanda	-	77,55	-	74,63
Cimpor Reinsurance, S.A.	7	Luxemburgo	-	77,55	-	74,63
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão de Empresas S.A.	8	Portugal	-	77,55	-	74,63
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	9	Portugal	-	77,55	-	74,63
Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A.	10	Portugal	-	77,55	-	74,63
SEGMENTO BRASIL						
InterCement Brasil S.A.	11	Brasil	-	77,55	-	74,63
Cauê Finance Limited	12	Ilhas Virgens	-	77,55	-	74,63
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	13	Brasil	-	77,55	-	74,63
Barra Grande Participações, S.A.	14	Brasil	b)	62,88	b)	60,52
Estreito Participações S.A.	15	Brasil	d)	77,55	-	74,63
Machadinho Participações S.A.	16	Brasil	c)	63,05	c)	60,68
CECC - Incorporadora e Administradora de Bens, Ltda.	17	Brasil	e)	77,55	-	-
Ecoprocessa - Tratamento de resíduos, Ltda.	18	Brasil	-	77,55	-	37,32
Comican - Companhia de Mineração Candiota, Ltda.	19	Brasil	g)	89,22	-	35,82
Operações em conjunto:						
SEGMENTO BRASIL						
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	20	Brasil	-	6,98	-	6,72
Consórcio:						
SEGMENTO BRASIL						
Consórcio Estreito Energia - OESTE	21	Brasil	-	3,44	-	3,31
Consórcio Machadinho	22	Brasil	-	4,09	-	3,94

SEGMENTO ARGENTINA E PARAGUAI

Loma Negra C.I.A. S.A.	23	Argentina	f)	39,58	-	74,21
Cofesur S.A.	24	Argentina	f)	39,58	-	72,06
Recycomb S.A.	25	Argentina	f)	39,58	-	74,21
Cementos del Plata S.A.	26	Uruguai	-	0,26	-	0,25
Yguazu Cementos S.A.	27	Paraguai	f)	20,19	-	37,85

SEGMENTO PORTUGAL E CABO VERDE

Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	28	Portugal	-	77,55	-	74,63
Cimentaçor - Cimentos dos Açores, Lda.	29	Portugal	-	77,55	-	74,63
Betão Liz, S.A.	30	Portugal	-	76,39	-	73,51
Agregor Agregados - Extração De Inertes, S.A.	31	Portugal	-	77,55	-	74,63
Ibera - Indústria de Betão, S.A.	32	Portugal	-	38,77	-	37,32
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.	33	Portugal	-	77,55	-	74,63
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	34	Portugal	-	77,55	-	74,63
Cimpor Imobiliária, S.A.	35	Portugal	-	77,55	-	74,63
Cimpor Cabo Verde, S.A.	36	Cabo Verde	-	76,10	-	73,24

SEGMENTO EGITO

Cimpor Egypt for Cement Company, S.A.E.	37	Egito	-	77,55	-	74,63
Amreyah Cement Company, S.A.E.	38	Egito	-	76,88	-	73,99
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	39	Egito	-	77,05	-	74,15
Cement Services Company, S.A.E.	40	Egito	-	77,25	-	74,34
Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E.	41	Egito	-	77,47	-	74,56
Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E.	42	Egito	-	77,06	-	74,16
Amreyah Cimpor Ready Mix Company, S.A.E.	43	Egito	-	76,97	-	74,07

SEGMENTO MOÇAMBIQUE

Cimentos de Moçambique, S.A.	44	Moçambique	-	64,08	-	61,67
Cimpor Betão Moçambique, S.A.	45	Moçambique	-	64,08	-	61,67
Imopar - Imobiliária de Moçambique, S.A.	46	Moçambique	-	77,55	-	74,63
Cimentos de Nacala, S.A.	47	Moçambique	-	64,15	-	61,74

SEGMENTO ÁFRICA DO SUL

Natal Portland Cement Company (Pty) Ltd.	48	África do Sul	-	77,55	-	74,63
Durban Cement Ltd.	49	África do Sul	-	77,55	-	74,63
Npc - Cimpor (Pty) Limited	50	África do Sul	-	57,39	-	55,23
Simuma Rehabilitation Trust	51	África do Sul	-	25,82	-	24,85
Npc Concrete (Pty) Ltd.	52	África do Sul	-	77,55	-	74,63
South Coast Stone Crushers (Pty) Ltd.	53	África do Sul	-	42,65	-	41,05
South Coast Mining (Pty) Ltd.	54	África do Sul	-	77,55	-	74,63
Intercement South Africa (Pty) Ltd.	56	África do Sul	-	77,55	-	74,63

As alterações na propriedade em 2016 e 2017 foram as seguintes:

- Durante o quarto trimestre até 27 de dezembro de 2017, foi adquirida uma participação adicional de 2,92% da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Cimpor") (Nota 1). Por conseguinte, como a Cimpor é proprietária da maioria dos segmentos e entidades da Companhia, tal mudança também aumenta a participação dos investimentos em todos os segmentos/áreas geográficas;
- Em 22 de abril de 2015, a empresa Barra Grande Participações S.A. ("Barra Grande") foi incorporada pela InterCement Brasil, tendo como objeto social a participação em outras empresas. Em 8 de dezembro de 2015, o seu capital aumentou em R\$63.828 mil, através da conferência de todas as ações detidas na operação conjunta, a BAESA – Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), no montante de R\$62.828 mil, além da contribuição de R\$1.000 mil. Com o referido aumento de capital, a controlada Barra Grande passou a deter 63.829.456 ações, das quais 51.701.860 são ações ordinárias e 12.127.596 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

A BAESA é uma empresa constituída com o propósito específico ("SPE") de construir, operar, manter,

gerenciar e explorar o uso da Hidrelétrica Barra Grande.

Em 29 de dezembro de 2015, a InterCement Brasil assinou um contrato de promessa de venda de 12.127.596 ações preferenciais, representando 18,91% do capital social da controlada Barra Grande, por €70.024 (R\$240.769 mil), o qual ocorreu após o cumprimento das condições contratuais e de algumas mudanças do contrato em 28 de outubro de 2016. Por conseguinte, tal transação gerou um ganho líquido de €41.049 (R\$141.141 mil, líquido de imposto de renda e contribuição social) registrado como transações entre acionistas.

- (c) Em 22 de abril de 2015, a empresa Machadinho Participações S.A. ("Machadinho") foi incorporada pela InterCement Brasil, tendo como objeto social a participação em outras empresas. Em 28 de julho de 2016, o seu capital aumentou em R\$30.795 mil, através da conferência de todas as ações detidas no Consórcio Machadinho. Com o referido aumento de capital, a controlada Machadinho passou a deter 31.795.658 ações, das quais 25.849.870 são ações ordinárias e 5.945.788 são ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

Em 16 de dezembro de 2016, todas as ações preferenciais da Machadinho, equivalentes a 18,07% da participação acionária, foram vendidas pelo valor de R\$249.650 mil, resultando em um ganho líquido de €42.764 (R\$147.039 mil, líquido de imposto de renda e contribuição social) registrado no patrimônio líquido dos acionistas.

- (d) Em 22 de abril de 2015, a empresa Estreito Participações S.A. ("Estreito") foi incorporada pela InterCement Brasil, tendo como objeto social a participação em outras empresas. Em 21 de novembro de 2016, o seu capital aumentou em R\$180.397 mil, através da conferência de todas as ações detidas no consórcio Estreito Energia. Com o referido aumento de capital, a controlada Estreito passou a deter 31.795.658 ações, das quais 146.569.168 são ações ordinárias e 34.828.317 são ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

Em 11 de outubro de 2017, todas as ações preferenciais da Estreito, equivalentes a 19,2% da participação acionária, foram vendidas pelo valor de €78.000 mil (R\$290.000 mil), resultando em um ganho líquido de €42.000 (R\$165.302 mil, líquido de imposto de renda e contribuição social) registrado no patrimônio líquido dos acionistas.

- (e) Durante o primeiro semestre de 2017, ocorreu a aquisição de 100% do capital social da CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., no montante de €14.642 (Nota 15). Esta operação gerou uma entrada de €3.443 diretamente no patrimônio líquido.
- (f) As mudanças são principalmente relacionadas ao IPO da Loma Negra. Consulte a Nota 1 para mais informações.
- (g) Durante o segundo semestre de 2017, foi assumido o controle da Comican - Companhia de mineração candiota, devido ao aumento de 52% do seu capital social.

3. Alteração de Erros e Práticas Contábeis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações nas práticas contábeis em

relação àquelas consideradas na elaboração das informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto no que se refere à adoção das normas e interpretações, revisões e modificações referidas na Nota 2, revistas e modificadas, que não causaram impacto significativo na posição financeira ou na renda abrangente nem a identificação de erros que deveriam ter sido corrigidos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	909.868	325.110
Aplicações financeiras	227.634	216.033
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.137.502	541.143

O aumento em caixa e equivalentes de caixa é devido principalmente à receita recebida com o “IPO” da Loma Negra (Nota 1).

Os investimentos de curto prazo foram os seguintes:

	31.12.2017	31.12.2016
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	9.233	2.209
Debêntures /Operações compromissadas	15.113	1.718
Fundos exclusivos:		
Letras do Tesouro Nacional – LTNs “over”	742	12.781
Letras do Tesouro Nacional - LTFs	-	32.663
CDB	195	1.135
Fundos de renda fixa	2.021	9.081
Outros	18.251	-
Aplicações financeiras em controladas no exterior:		
Em pesos argentinos	88.609	28.082
Em dólares norte-americanos	45.041	91.490
Em euros	11.886	16.267
Em libras egípcias	701	2.717
Em rands sul-africanos	35.388	8.256
Em meticais moçambicanos	-	6.914
Em escudos cabo-verdianos	454	2.720
Total de aplicações financeiras	227.634	216.033

Em 31 de dezembro de 2017, os investimentos de curto prazo em fundos exclusivos renderam uma média de 100% a 115% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (102% a 112,7% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras em controladas no exterior incluem, na área de negócios da Argentina, obrigações de taxa fixa em pesos, emitidas por entidades governamentais no valor de

€56.143, investimentos de curto prazo no montante de €32.467, com rendimentos de 28,9% e 23,2%, respectivamente, e investimentos de curto prazo em dólares no valor de €45.003, com rendimentos de 1,8%. Na área de negócios da África do Sul, depósitos bancários a prazo, em rands, com rendimento até 6,55%.

Todas as aplicações estão disponíveis para levantamento imediato.

5. Valores Mobiliários

Os valores mobiliários são classificados como ativos financeiros, conforme descrito a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Operações compromissadas	32.087	44.143
Outros	32.258	8.250
Total	<u>64.345</u>	<u>52.393</u>
Total - Circulante	62.292	49.465
Total - Não circulante	2.053	2.928

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão incluídos em “Operações compromissadas” os investimentos, na área de negócio do Brasil, em fundos exclusivos relativos a debentures, letras do tesouro, entre outros.

O aumento ocorrido em 2017, na rubrica de “Outros” refere-se, essencialmente, a um depósito a curto prazo na Cimpor Trading e Inversiones.

6. Contas a Receber de Clientes

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes dos mercados interno e externo - Circulante	117.006	166.328
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Circulante	<u>(34.682)</u>	<u>(28.723)</u>
Classificadas no circulante	<u>82.324</u>	<u>137.605</u>
Clientes dos mercados interno e externo - Não circulante	1.757	6.295
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Não circulante	<u>(620)</u>	<u>(96)</u>
Classificadas no não circulante	<u>1.137</u>	<u>6.199</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a redução das contas a receber de clientes foi influenciada por acordos de cessão de crédito estabelecidos com as empresas do grupo Camargo Corrêa S.A. e CCSA Finance Ltd., no montante de €51.557 (Nota 15) e com instituições financeiras no montante de €8.124.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base nos montantes estimados ou determinados como incobráveis nos termos da experiência padrão passada e da análise da capacidade de pagamento de cada devedor, considerando também as garantias fornecidas por esses devedores.

Composição das contas a receber por vencimento

	31.12.2017	31.12.2016
A vencer	60.121	100.961
Vencidas:		
0 a 30 dias	14.932	21.597
31 a 60 dias	2.525	20.133
61 a 90 dias	1.615	2.529
91 a 180 dias	3.640	2.445
181 dias ou mais	35.930	24.958
Total	<u>118.763</u>	<u>172.623</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	28.819	28.043
Constituições	9.499	3.187
Diminuições	(459)	-
Montantes baixados no exercício como incobráveis	(1.067)	(3.693)
Ganho ou perda de variação cambial	(1.489)	1.281
Saldo no fim do exercício	<u>35.302</u>	<u>28.819</u>

7. Estoques

	31.12.2017	31.12.2016
Circulante:		
Produtos acabados	33.195	36.168
Produtos em elaboração	87.228	110.245
Matéria-prima	71.691	86.132
Combustíveis	42.912	45.457
Almoxarifado	101.532	103.310
Adiantamento a fornecedores	423	3.394
Embalagem e outros	10.399	14.622
Provisão para perdas	(13.252)	(2.533)
Total	<u>334.128</u>	<u>396.795</u>
Não circulante:		
Matéria-prima	10.150	-
Almoxarifado	9.658	10.627
Provisão para perdas	(78)	(127)
Adiantamentos a fornecedores	-	1.962
Total	<u>19.730</u>	<u>12.461</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento da provisão para perdas refere-se às perdas estimadas por obsolescência de estoques, principalmente de matérias-primas e almoxarifado.

Movimentação na provisão para perdas de estoques

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	2.660	4.005
Constituições	11.161	130
Diminuições	(20)	(500)
Utilizações	(62)	-
Ganho ou perda de variação cambial	(408)	(975)
Saldo no fim do exercício	13.330	2.660

8. Imobilizado

	31.12.2017		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos (*)	150.775	(18.169)	132.606
Edifícios	490.882	(184.431)	306.451
Máquinas e equipamentos (*)	1.662.953	(747.280)	915.673
Veículos	37.440	(11.466)	25.974
Móveis e utensílios	9.402	(6.583)	2.819
Minas e jazidas	139.937	(78.215)	61.722
Reservatório, barragens e adutoras	70.707	(19.744)	50.963
Outros	10.498	(8.812)	1.686
Peças de reposição	4.259	-	4.259
Adiantamento a fornecedores	23.239	-	23.239
Imobilizado em andamento	234.217	(194.381)	39.836
Total	2.834.309	(1.269.081)	1.565.229

(*) Inclui, nas áreas de negócio da Argentina e Paraguai e Brasil, ativos dados como garantia de empréstimos obtidos para aquisição desses mesmos ativos no montante de cerca de €62.940 e €3.020, respetivamente.

Adicionalmente, na área de negócios do Brasil, duas fábricas de cimento foram dadas como garantia no processo "CADE", como referido na Nota 12.

	31.12.2016		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	187.522	(14.409)	173.113
Edifícios	548.572	(191.537)	357.035
Máquinas e equipamentos	1.782.857	(688.410)	1.094.447
Veículos	44.809	(17.140)	27.669
Móveis e utensílios	11.036	(7.616)	3.420
Minas e jazidas	104.055	(71.952)	32.103
Reservatório, barragens e adutoras	80.553	(18.756)	61.797
Outros	15.116	(10.121)	4.995
Peças de reposição	4.549	-	4.549
Adiantamento a fornecedores	26.614	-	26.614
Imobilizado em andamento	262.096	-	262.096
Total	3.067.779	(1.019.941)	2.047.838

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de Imobilizado em andamento e Adiantamento a fornecedores referem-se, basicamente, a investimentos na ampliação e construção de novas unidades no Brasil, Argentina e Egito, e a investimentos em melhoria das instalações e equipamentos das fábricas de cimento de outras unidades de negócio.

As alterações no imobilizado foram as seguintes:

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Minas e jazidas	Reservatório, barragens e adutoras	Peças de reposição	Outros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	195.124	339.112	1.178.288	42.670	4.573	34.072	47.641	6.208	4.946	261.180	31.043	2.144.857
Adições	1.167	5.926	40.752	86	367	23.347	30	-	265	81.263	715	153.918
Baixas	(1.627)	(85)	(1.156)	(1.577)	(25)	-	-	-	(55)	(2)	(763)	(5.290)
Depreciações	(3.172)	(20.258)	(119.766)	(12.520)	(1.414)	(27.730)	(2.719)	-	(2.379)	-	-	(189.958)
Imparidade	-	-	(29)	(4.252)	-	-	-	-	-	-	-	(4.281)
Varição cambial	(19.362)	10.843	(56.280)	(527)	(352)	722	11.548	613	468	18.813	1.181	(32.333)
Transferências	983	21.497	52.638	3.789	271	1.692	5.297	(2.272)	1.750	(99.158)	(5.562)	(19.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	173.113	357.035	1.094.447	27.669	3.420	32.103	61.797	4.549	4.995	262.096	26.614	2.047.838
Varição de perímetro	10.295	-	1	-	2	2.104	-	-	-	1.296	-	13.698
Adições	707	1.264	20.419	160	487	20.922	58	310	124	90.510	118	135.079
Baixas	(4.821)	(533)	(373)	(287)	(14)	-	-	-	(3)	-	-	(6.031)
Depreciações	(4.104)	(19.622)	(128.032)	(6.033)	(1.097)	(23.718)	(2.875)	-	(1.566)	-	-	(187.047)
Imparidade	(5.234)	(5.216)	(20.343)	-	-	-	-	-	-	(212.885)	-	(243.678)
Varição cambial	(41.382)	(33.902)	(104.039)	(6.592)	(345)	21.205	(8.022)	(640)	(942)	(16.881)	(3.320)	(194.859)
Transferências	4.032	7.425	53.593	11.057	366	9.106	5	40	(922)	(84.299)	(173)	230
Saldo em 31 de dezembro de 2017	132.606	306.451	915.673	25.974	2.819	61.722	50.963	4.259	1.686	39.837	23.239	1.565.229

Adições

As adições já incluem os dispêndios na área de negócio da Argentina relacionados com o aumento da capacidade instalada em sua fábrica L'Amalí em 2,7 milhões de toneladas por ano. Esta expansão envolve uma despesa de capital de aproximadamente US\$350 milhões. A fase de execução da expansão da fábrica L'Amalí começou em agosto de 2017 com tempo de execução total estimado em 31 meses e conclusão prevista para o início de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo capitalizou encargos financeiros no valor de €121 relacionados com empréstimos concedidos para financiar ativos elegíveis (€854 em 31 de dezembro de 2016).

Perdas por imparidade

Dado o contexto macroeconômico no Brasil, que se reflete na redução do consumo de cimento, o Grupo

decidiu interromper alguns investimentos que estavam em curso em linhas de produção de cimento. O retomar desses investimentos será reavaliado quando a economia se recuperar no futuro e dependendo das condições de mercado. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, houve maior deterioração da atividade empresarial e conseqüente aumento da ociosidade e desligamento das linhas de produção. Considerando este contexto, não é previsível o momento em que esses investimentos possam ser retomados, e até que ponto os rendimentos respectivos serão concretizados. Portanto, uma imparidade no montante de €228.396 foi registrada na área de negócio do Brasil em relação aos ativos fixos tangíveis nas linhas de produção de cimento em investimento, a qual é reversível com a retomada dos investimentos.

Na área de negócio do Egito, uma imparidade relacionada com o imobilizado em andamento, no montante de €8.552 foi registrada, e também foi registrado um montante de €6.730 na área de negócio de Portugal referente aos ativos fixos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2016, foram registradas perdas por imparidade em ativos tangíveis não afetos a segmentos de €4.281.

Outros

Em 31 de dezembro de 2016, na rubrica "Outros" está incluída a reclassificação, ocorrida no primeiro semestre, dos navios de propriedade da Cimpship – Transportes Marítimos, S.A. para a rubrica "Ativos classificados como detidos para venda" no montante líquido de €7.873. Além disso, perdas por imparidade relacionadas aos ativos de aproximadamente €4.281 (Nota 19) foram reconhecidas. Esta empresa foi vendida durante o 3º trimestre de 2016 pelo montante de €7.245.

9. Intangível

	31.12.2017	31.12.2016
Direitos de exploração de minas	168.952	187.283
Bens vinculados à concessão	4.563	4.823
Direitos de uso de software	16.830	5.883
Gastos com desenvolvimento de projetos	6.276	5.598
Marcas e patentes e outros	4.380	9.801
	201.001	213.388
Ágio:		
Loma Negra C.I.A. S.A.	243.263	280.824
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos ("CBC")	25.857	29.849
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. ("CIMEC")	19.097	22.045
Cimpor Cimentos Portugal, SGPS, S.A.	1.092.321	1.191.478
Outros	19.157	22.433
	1.399.695	1.546.629
Total	1.600.696	1.760.017

Imparidade dos ativos

O ágio está sujeito a testes de imparidade anualmente, e sempre que existam indicações de eventual imparidade, que são feitas de acordo com os montantes recuperáveis de cada um dos segmentos de negócio correspondente (Nota 28).

Considerando o modelo de negócio e a estrutura das demonstrações financeiras adotada para fins de gestão, o ágio é geralmente atribuído a cada segmento operacional, devido à existência de sinergias entre as unidades de cada segmento numa perspectiva de integração vertical dos negócios.

O valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa é comparado, nos testes realizados, com o respectivo valor reconhecido de ativos e de passivos ("valor contábil"). Uma perda por imparidade é reconhecida somente quando o valor contábil ultrapassar o maior dos valores em uso ou de transação, com base em projeções de fluxos de caixa com planos de negócios de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, além da perpetuidade.

Projeções de fluxos de caixa

O Grupo revisa os pressupostos subjacentes à determinação da quantia recuperável dos ativos líquidos, anualmente ou quando há indicadores de imparidade, considerando a estimativa de fluxos de caixa futuros que inclui, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas ao crescimento do mercado, à quota de mercado, investimentos e custos.

Em geral, o plano foi projetado pela aplicação de taxas de crescimento dos mercados, considerando a demanda esperada de materiais de construção e a evolução das respectivas economias.

Os volumes de vendas projetados baseiam-se no pressuposto do uso da capacidade e das quotas de mercado, de acordo com os níveis históricos. Relativamente aos custos variáveis, presume-se uma evolução de acordo com o desenvolvimento das vendas. Para o fluxo de caixa no Brasil, a Companhia considerou na melhoria das margens operacionais a economia obtida com os programas de redução de custos e iniciativas para a recuperação dos preços, e espera atingir no 5º ano de projeção uma margem próxima da margem de referência histórica no mercado brasileiro.

Determinação da taxa de desconto

São calculadas taxas de desconto para cada unidade geradora de caixa com base na taxa sem risco local pertinente ajustada pelo prêmio de risco do país, entre outros parâmetros.

A determinação do valor em uso foi baseada em fluxos de caixa descontados, calculados em moeda local, utilizando o respectivo WACC e taxas de perpetuidade, conforme descrição a seguir:

Segmento	Moeda	31.12.2017			31.12.2016		
		Goodwill	Taxa "WACC" (*)	Taxa crescimento longo prazo	Goodwill	Taxa "WACC" (*)	Taxa crescimento longo prazo
Brasil	BRL	692.476	10,6%	0,0%	799.396	10,5%	0,0%
Argentina e Paraguai (a)	ARS - PYG	245.021	(a)	0,0%	283.171	16,1%	0,0%
Egito	EGP	19.195	24,9%	0,0%	21.506	22,9%	0,0%
Portugal e Cabo Verde	EUR	304.861	7,9% - 9,8%	0,0%	304.858	6,7% - 7,8%	0,0%
Moçambique	MZN	37.647	19,0%	0,0%	35.100	17,5%	0,0%
África do Sul	ZAR	100.495	12,5%	0,0%	102.599	9,3%	0,0%

(*) Taxa de desconto calculada após impostos. Para a área de negócio do Egípcio, a taxa "WACC" refere-se ao primeiro ano da projeção, e varia, posteriormente, de acordo com a variação da taxa de inflação.

(a) Para a área de negócio de Argentina e Paraguai, o teste de imparidade foi realizado comparando o valor contábil dos ativos relacionados com o valor de mercado das ações da Loma Negra no mercado de ações no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo calculou o eventual impacto de uma alteração de 0,5% na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação às projeções de todas as áreas de negócio (exceto Argentina e Paraguai). Com exceção do segmento brasileiro do qual resultaram os seguintes impactos, nenhuma outra imparidade resultaria de tal cálculo:

	+50 BP	-50 BP
Taxa "WACC"	(129.795)	150.360
Imparidade	(10.156)	n/a
Margem EBITDA	45.116	(45.116)
Imparidade	n/a	-

Alargando a análise acima para determinar imparidades adicionais, estas só ocorreriam com mudanças de 150BP na taxa WACC, para a área de negócios de Moçambique no montante de €1.123, e de 150BP na margem EBITDA, para a área de negócios do Brasil, no montante de €15.709.

As alterações em intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram as seguintes:

	Direitos de uso de software	Bens vinculados à concessão	Direitos de exploração de minas	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.303	4.420	163.515	4.564	9.809	1.721.808	1.908.419
Adições	1.753	174	-	4.938	72	-	6.937
Baixas	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Depreciações	(2.668)	(903)	(1.735)	(1.470)	(1.341)	-	(8.117)
Imparidade	-	-	-	-	-	(391.352)	(391.352)
Variação cambial	(1.226)	(232)	25.503	307	72	216.173	240.597
Transferências	3.724	1.364	-	(2.741)	1.189	-	3.536
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.883	4.823	187.283	5.598	9.801	1.546.629	1.760.017
Adições	14.074	1.185	605	155	588	-	16.607
Baixas	(1)	-	-	-	(41)	-	(42)
Depreciações	(3.314)	(1.234)	(1.874)	(1.880)	(1.667)	-	(9.969)
Imparidade	-	-	-	-	(2.175)	-	(2.175)
Variação cambial	(1.262)	(211)	(17.062)	(867)	(871)	(146.934)	(167.207)
Transferências	1.450	-	-	3.270	(1.255)	-	3.465
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.830	4.563	168.952	6.276	4.380	1.399.695	1.600.696

Adições

No âmbito do processo de licenciamento industrial da empresa Amreyah Cimpor Cement, em anos anteriores a Industrial Development Authority (IDA), uma entidade do governo egípcio, reivindicou um pagamento no valor de EGP 217 milhões (cerca de €11,4 milhões). O Conselho de Administração, apoiado no entendimento dos assessores jurídicos da empresa, apresentou uma petição jurídica contestando tal entendimento, porque acredita que o pagamento não é devido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e considerando a rejeição da reclamação da empresa, foi registrado um passivo relacionado com o pagamento desta reivindicação, (bem como uma provisão da estimativa de juros de mora — consultar Nota 20), sendo aqui registrado o montante estimado do custo da licença acima mencionado.

Perdas por imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada uma perda por imparidade no montante de €2.175 relacionada com os direitos de superfície da estação de moagem de Sines, na área de negócio de Portugal e Cabo Verde (Nota 19).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o teste realizado para a área de negócio do Brasil resultou no registro de uma imparidade no montante de €391 milhões (R\$1.499.100 mil), devido à deterioração do cenário econômico e político do país, inteiramente afeta ao ágio.

10. Empréstimos e Financiamentos

Moeda Funcional	Unidade de Negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro (a)	Data de Contratação	Maturidade		31.12.2017		31.12.2016	
								Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-12	jan-22	(b)	-	242.217	-	396.651
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-12	fev-22	(c)	-	205.231	-	306.796
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	fev-19		26.739	27.404	6.037	54.041
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-19	(d)	80.279	82.047	20.616	183.992
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	fev-22		18.026	42.160	-	60.078
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-22		54.121	126.227	-	204.605
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-24		60.922	137.253	-	224.536
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-14	mai-19		-	41.454	-	46.974
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Papel Comercial	EUR	Variável	mar-16	mar-20		15.000	35.000	-	50.000
EUR	Holdings e Veiculos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Fixed rate	dez-14	dez-18		23.609	-	-	22.949
ARS	U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	ARS	Fixas e variáveis	Várias	Várias		27.983	16.138	30.702	25.989
ARS	U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Várias	Várias		38.688	40.944	53.714	45.293
BRL	U.N. Brasil	Vários Bilaterais	BRL	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(e)	84.138	19.065	12.716	151.819
PYG	U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Fixas e variáveis	ago-16	jul-18	(f)	3.954	-	21.224	62.782
PYG	U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	PYG	Fixas	ago-17	ago-25	(f)	4.196	58.432	13.751	-
ZAR	U.N. África do Sul	Vários Bilaterais	ZAR	Variável indexada Jibar	Várias	Várias	(g)	-	-	31.135	13.838
EUR	U.N. Portugal e Cabo Verde	Vários Bilaterais	EUR	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(h)	10.000	165.000	-	75.000
CVE	U.N. Portugal e Cabo Verde	Bilateral	CVE	Variável indexada TRIB 3M	Várias	Várias		700	2.800	-	-
EUR	U.N. Portugal e Cabo Verde	Subsidiado	EUR	Sem juros	Várias	jun-24		69	1.839	-	-
MZN	U.N. Moçambique	Vários Bilaterais	MZN	Variável indexada BT 3M	dez-15	dez-20		-	-	1.541	268
EGP	U.N. Egipto	Vários Bilaterais	EGP	Variáveis indexadas ao Corridor	Várias	Várias		19.179	841	22.430	6.525
								<u>467.604</u>	<u>1.244.050</u>	<u>213.866</u>	<u>1.932.136</u>

- (*) Leva em consideração o conjunto das empresas incluídas no segmento de empresas holding e apoio empresarial, entidades corporativas e comerciais.
- (a) Para os grandes financiamentos, as taxas variáveis contratadas em dólares e euros consideram spreads entre 2,75% e 3,95%.
- (b) Durante o ano de 2017, a variação deve-se essencialmente a, uma pré-amortização parcial pela Caue Austria Holding GmbH no montante aproximado de €110 mil (USD 132 milhões).
- (c) Durante o ano de 2017, o financiamento foi parcialmente pré-amortizado pela Caue Austria Holding GmbH no montante aproximado de €100 mil.
- (d) Durante o ano de 2017, a variação deve-se essencialmente a, uma pré-amortização parcial pela Cimpor B.V. no montante aproximado de €18 mil (USD 22 milhões).
- (e) Garantidos por entidades de controle da Companhia, no montante de €30.424 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com spreads e taxas de juros fixas de 2,5% a 10%. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 inclui uma pré-amortização parcial, no montante aproximado, de €37 milhões (R\$122 milhões).
- (f) Durante o ano de 2017, a Companhia decidiu realizar a sua liquidação antecipada, através da negociação de nova dívida. Em 8 de agosto de 2017, a controlada Yguazu contraiu dois novos empréstimos em guarani paraguaio, no montante total de 423.000 milhões de guaranis, equivalente a aproximadamente €66 mil. No primeiro ano, as taxas de juros variam entre 8,5% e 9% ao ano, e posteriormente, os juros serão calculados de acordo com a taxa média divulgada pelo Banco Central do Paraguai, além do spread. Os juros são pagos semestralmente, a partir de fevereiro de 2018, e o principal será pago em quinze parcelas semestrais, a partir de agosto de 2018. Em 14 de agosto de 2017, os fundos foram usados para o pré-pagamento dos empréstimos em dólares da controlada Yguazu. Os empréstimos mencionados são garantidos por uma hipoteca sobre a fábrica no Paraguai e o penhor de seus ativos.
- (g) Durante o ano de 2017, a Companhia decidiu amortizar antecipadamente os financiamentos existentes na área de negócio da África do sul, no montante de €13.554 (no montante total amortizado de €43.021).
- (h) Na área de negócio de Portugal e Cabo Verde, a Cimpor Indústria de Cimentos, S.A. contratou um novo empréstimo no montante de €100 mil, com taxa de juros variável indexada à Euribor, pagamentos trimestrais e vencimento a partir de agosto de 2019 a outubro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os juros incorridos relacionados aos acordos de financiamento classificados no passivo circulante e apresentados como "Juros a pagar" totalizam €30.614 e €26.130,

respectivamente.

As alterações nos Empréstimos e Financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram as seguintes:

	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.146.002
Captação	298.469
Pagamento	(564.161)
Efeito de conversão cambial, comissões e outros	(168.656)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.711.654

Cronograma de vencimentos

Em de 31 de dezembro de 2017 e 2016, as parcelas não circulantes vencem conforme descrito a seguir:

Período	31.12.2017	31.12.2016
2018	-	297.981
2019	347.073	767.802
2020	294.579	234.851
2021	253.908	423.178
Após 2021	348.490	208.324
	1.244.050	1.932.136

Covenants

Os contratos de empréstimo e financiamento contêm obrigações e condições restritivas, incluindo cláusulas de *change-of-control* e aquelas que requerem a manutenção de alguns índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos.

A Companhia e suas controladas monitoram estes índices de forma sistemática e constante para verificar se os requisitos estão sendo cumpridos. Tais medidas são efetuadas anualmente e dependem das condições acordadas em cada contrato com as instituições financeiras. A Companhia concordou com os credores do banco sobre a liberação do cálculo de covenants em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concordou com as instituições financeiras sobre o aumento desses parâmetros de 4,5 para 5,0 (rácio Dívida Líquida versus EBITDA). Nessa data, as condições dos covenants foram atendidas.

11. Debêntures

Moeda Funcional	Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão (b)	Maturidade final	31.12.2017		31.12.2016	
							Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
BRL	Brasil	Debênture - Brasil	BRL	mar-12	Variável indexada ao CDI	abr-22	55.414	221.964	63.920	320.168
BRL	Brasil	Debênture - Brasil	BRL	ago-12	Variável indexada ao CDI	ago-22	50.268	201.352	58.006	290.483
EUR	Holdings e Veículos Financeiros (*)	Senior Notes (b)	USD	jul-14	5,75%	jul-24	-	472.087	-	546.764
							105.682	895.403	121.926	1.157.415

- (*) Leva em consideração o conjunto das empresas incluídas no segmento de empresas holding e entidades de suporte ao negócio, corporativas e trading.
- (a) As taxas variáveis contratadas têm spreads entre 8% e 15% acima da taxa CDI (certificado de depósito interbancário no Brasil). Durante o ano de 2017, a Companhia já pagou um montante do capital no valor de R\$420.384 mil (€115.991) e juros no montante de R\$392.244 (€108.227), o que explica a redução de debêntures registradas no Brasil.
- (b) Em julho de 2014, as *Senior Notes* ("Obrigações") foram emitidas pela Cimpor Financial Operations, B.V., com um prazo de pagamento de 10 anos. As Notas foram lançadas com cupom de 5,75% ao ano e estão listadas na Bolsa de Valores de Singapura. Durante os anos de 2017, 2016 e 2015, o Grupo comprou Obrigações no valor nominal de US\$11.100 mil, US\$108.378 mil e US\$54.290 mil, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo detém Obrigações no valor nominal de US\$173.768 mil (€144.818).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os juros incorridos classificados no passivo circulante e apresentados como "Juros a pagar" totalizam €26.957 e €69.548, respectivamente.

As alterações nas Debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram as seguintes:

	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.279.341
Pagamento	(125.122)
Efeito de conversão cambial, comissões e outros	(153.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.001.085</u>

Cronograma de vencimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as debêntures vencem conforme descrito a seguir:

Período	31.12.2017	31.12.2016
2018	-	120.710
2019	104.472	120.710
2020	104.472	120.710
2021	104.472	120.710
Após 2021	581.987	674.574
	<u>895.403</u>	<u>1.157.415</u>

Covenants

As debêntures contêm alguns covenants que exigem conformidade com os índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Companhia concordou com os credores do banco sobre a liberação do cálculo de covenants em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concordou com as instituições financeiras sobre o aumento desses parâmetros de 4,5 para 5,0 (rácio Dívida líquida versus EBITDA). Nessa data, as condições dos covenants foram atendidas.

No caso das debêntures, o não cumprimento do covenant (rácio de 4,5) prevê que companhia opere com certas restrições, sendo as principais:

- (i) Limitação em USD 500 milhões para tomada de nova dívida, que não seja para refinanciamento de dívida existente;
- (ii) Restrições em certos pagamentos, como por exemplo dividendos a acionistas acima do mínimo legal;
- (iii) Limitação de USD 25 milhões por ano, cumulativos, a preferencialistas ingressados após a emissão das obrigações (Julho/2014).

Em 31 de dezembro de 2017 a companhia atendeu a todas as obrigações contratuais.

12. Provisões e Ativos e Passivos Contingentes

O Grupo está sujeito a riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A Administração analisa periodicamente as contingências conhecidas, avalia o risco de perdas e reconhece a provisão correspondente com base no parecer da assessoria jurídica e em outros dados disponíveis na data do período abrangido pelo relatório.

A provisão para riscos é especificada da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Trabalhistas e previdenciários	25.848	27.703
Tributários (a)	28.256	18.822
Cíveis e outros	32.531	8.825
	86.635	55.350
Depósito judicial (b)	(3.023)	(2.876)
Total	83.612	52.474

(a) Brasil: refere-se basicamente a autos de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) — discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) COFINS (impostos sobre receitas) — discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS com créditos do Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços – SUNAB — discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7784/89, nº 8035/90 e nº 8178/91 e (iv) IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) — discussão sobre a insuficiência de recolhimento de imposto relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.

Portugal: Refere-se basicamente às provisões para riscos tributários relacionados com o imposto de renda, no montante de €10.000 (2017 e 2016), que estão sendo contestadas nos tribunais.

Egito: No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o aumento é justificado essencialmente por provisões fiscais nesta área de negócios relacionados com o imposto de renda dos anos de 2004 a 2014, que estão sendo contestados em tribunais, no montante de €9.765.

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica foi aumentada, principalmente pela provisão relacionada com a estimativa de juros de moras sobre a licença industrial, totalizando €20.075, na área de negócios do Egito (consultar notas 9 e 20).

(c) O Grupo tem depósitos judiciais vinculados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas conforme descrito a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Trabalhistas e previdenciárias	2.323	2.329
Tributárias	655	497
Cíveis e outras	45	50
Total	3.023	2.876

As alterações na provisão para riscos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritas a seguir:

	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis e outras	Depósito judicial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29.175	35.235	22.681	(3.246)	83.845
Constituição / Depósito	5.275	8.595	3.184	(2.834)	14.220
Pagamento	(7.450)	(8.960)	(12.490)	2.683	(26.217)
Reversão	(946)	(6.999)	(2.078)	-	(10.023)
Varição cambial	1.649	(9.049)	(2.472)	521	(9.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.703	18.822	8.825	(2.876)	52.474
Constituição / Depósito	8.151	13.912	30.437	(1.678)	50.822
Pagamento	(5.698)	(213)	(2.287)	1.096	(7.102)
Reversão	(2.269)	(2.564)	(1.838)	-	(6.671)
Varição cambial	(2.039)	(1.701)	(2.606)	435	(5.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25.848	28.256	32.531	(3.023)	83.612

Passivos contingentes

No decurso normal de sua atividade, o Grupo está envolvido em vários processos judiciais e reclamações referentes a seus produtos e serviços, bem como processos trabalhistas, regulamentares e de natureza ambiental.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tem uma exposição de €830 milhões (€932 milhões em 31 de dezembro de 2016), sendo €7 milhões de contingências relacionadas a contingências trabalhistas (€7 milhões em 31 de dezembro de 2016), €604 milhões de contingências tributárias (€674 milhões em 31 de dezembro de 2016), €219 milhões de contingências cíveis e processos administrativos de outras naturezas (€251 milhões em 31 de dezembro de 2016), cujo risco de perda foi considerada possível, de acordo com o parecer dos consultores jurídicos.

As contingências mais significativas são:

Brasil

a) Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE")

O Grupo e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência em andamento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Em julho de 2015, o tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pelo Grupo no âmbito do processo iniciado em 2007 pelas autoridades de concorrência no Brasil (e também por outras empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação no que se refere à formação de cartel e a imposição de uma multa pecuniária e demais penalidades acessórias. A multa aplicada ao Grupo totalizou aproximadamente €127 milhões (o que corresponde a R\$241.700 mil para a InterCement e R\$297.820 mil para a CCB, entretanto fundida), além da obrigação de vender 20% dos ativos de concreto no Brasil, dentre outras penalidades acessórias. Em 31 de dezembro de 2017, a multa aplicada atingiu €175 milhões (R\$695 milhões), decorrentes de sua atualização financeira.

Após a referida decisão administrativa do CADE tornar-se definitiva, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, a concessão de pedido liminar para suspender todas as penalidades aplicadas pelo CADE, com a apresentação de garantias reais (duas fábricas) até a decisão do julgamento. Tal decisão de pedido liminar judicial foi recorrida pelo CADE e foi rejeitada. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, o risco de perda no tribunal é considerado como possível, e portanto, nenhuma provisão foi registrada para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b) Outras contingências classificadas como possíveis

A redução de passivos contingentes considerados como possíveis, que ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, deve-se principalmente ao efeito positivo da conversão do real em euros, no montante de aproximadamente €74 milhões.

Espanha

Como resultado das inspeções fiscais dos anos de 2005 a 2008, foram realizadas liquidações adicionais de aproximadamente €120 milhões. As liquidações adicionais referem-se essencialmente a correções em itens financeiros líquidos resultantes principalmente das interpretações não ajustadas à natureza de algumas transações. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, fomos notificados da decisão proferida pelo tribunal da Audiência Nacional de Espanha sobre os processos judiciais relacionados a essas inspeções fiscais. A decisão foi quase totalmente favorável a nós. As Autoridades Fiscais interpuseram um recurso para o Supremo Tribunal que foi admitido para processo em março de 2018, e que está pendente de resolução. As garantias de cerca de €120 milhões previstas para esses processos continuam em vigor até que a decisão final seja proferida. A Administração acredita que da conclusão dos processos judiciais resultantes das ações em curso, não resultarão encargos significativos para o Grupo. Este parecer é confirmado pela compreensão e o parecer de seus consultores jurídicos e fiscais, que consideram a possibilidade de perda com os processos de 2005 a 2008 como possível (cerca de €86 milhões) a remota (aproximadamente €34 milhões).

Durante o segundo semestre de 2014, as autoridades fiscais espanholas começaram a inspecionar os anos de 2009 a 2012. Os relatórios das autoridades fiscais, mantêm suas interpretações, tal como para os anos anteriores, resultando num rendimento tributável negativo de cerca de €28 milhões, definindo o rendimento tributável negativo do período em cerca de €31 milhões. Em julho de 2017 foi apresentado o relatório das autoridades fiscais, para o ano de 2012, resultando numa correção do rendimento tributável negativo de aproximadamente €242 milhões. Em agosto de 2017 um recurso foi interposto no Tribunal Econômico Administrativo e está pendente de resolução. Em ambos os casos, os impostos diferidos relacionados com essas perdas não estão registrados. Tal como em anos anteriores, o Conselho de Administração e seus conselheiros jurídicos e fiscais continuam convencidos de que a partir da conclusão do processo judicial contestando essas correções, nenhum encargo significativo ocorrerá no Grupo.

13. Provisão para Reconstituição Ambiental

As alterações nas provisões para reconstituição ambiental nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritas a seguir:

	Reconstituição ambiental
Saldo em 31 de dezembro de 2015	36.613
Constituição	2.807
Utilização	(1.495)
Variação cambial	2.029
Saldo em 31 de dezembro de 2016	39.954
Constituição	3.024
Utilização	(995)
Variação cambial	(3.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	38.637

14. Benefícios Pós-emprego

Planos de benefícios definidos

Algumas controladas têm planos de benefícios definidos de aposentadoria e planos de saúde, para os quais o passivo é determinado anualmente com base em avaliações atuariais efetuadas por entidades independentes, sendo o custo determinado por estas avaliações reconhecido no exercício.

A maioria da responsabilidade com os planos de benefícios de aposentadoria foi transferida para os fundos de pensão gerenciados por entidades independentes especializadas. A política dos fundos de investimento define os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos, em conformidade com o tipo de Fundo, a natureza dos benefícios abrangidos pelo Plano, as características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, bem como o nível de cobertura das

responsabilidades do Fundo. A política de investimento é revista pelo menos a cada três anos, com a definição de um nível de alocação central para classe de ativo. Relativamente aos Planos de Saúde, não existem Fundos, sendo os valores anualmente suportados pelas empresas.

As avaliações em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram feitas utilizando o método de “Crédito Unitário Projetado” e tiveram como base os seguintes pressupostos e bases técnicas:

	31.12.2017	31.12.2016
Taxa técnica atuarial		
Portugal	1,85%	1,85%
África do Sul	10,39%	9,9%
Taxa de crescimento das pensões		
Portugal	1%	1%
Taxa de rendibilidade do fundo		
Portugal	1,85%	1,85%
Taxa de crescimento salarial		
Portugal	2%	2%
Tábuas de mortalidade		
Portugal	TV88/90	TV88/90
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
Tábua de invalidez		
Portugal	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos		
Portugal	2%	2%
África do Sul	8,98%	9,2%

De acordo com as avaliações atuariais, os custos de benefícios de pensão e saúde para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritos a seguir:

	Planos de pensões	
	31.12.2017	31.12.2016
Custo dos serviços correntes	277	460
Custo dos juros	1.201	1.648
Cortes liquidações	(3.836)	172
Saídas por mutuo acordo	(488)	-
Rendimento esperado dos ativos do fundo	(1.107)	(1.429)
Total de custos/(proveitos) com planos de pensões	(I) (3.953)	852
	Planos de saúde	
	31.12.2017	31.12.2016
Custo dos serviços correntes	96	79
Custo dos juros	274	285
Alteração do plano	(32)	(132)
Total de custos com planos de saúde	(II) 338	232
Total de custos/(proveitos) com planos de benefício definido	(I) + (II) (3.615)	1.083

As alterações no montante dos encargos para os planos de benefícios definidos e o valor de mercado relacionado dos ativos de fundo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritos a seguir:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Responsabilidade por benefícios definidos - 1 de janeiro	72.084	70.527	12.038	10.088	84.122	80.615
Transferências (a)	(6.826)	-	-	-	(6.826)	-
Benefícios e prêmios pagos	(4.880)	(4.828)	(772)	(784)	(5.651)	(5.613)
Custo dos serviços correntes	277	460	96	79	373	539
Custo dos serviços passados	-	-	(32)	(132)	(32)	(132)
Custo dos juros	1.201	1.648	274	285	1.476	1.933
Cortes / Liquidações (a)	(3.836)	-	-	-	(3.836)	-
Saídas por mutuo acordo	(488)	-	-	-	(488)	-
Ganhos e perdas atuariais	775	4.277	(2.000)	2.386	(1.225)	6.663
Efeito da conversão cambial	-	-	(14)	116	(14)	116
Responsabilidade por benefícios definidos - 31 de dezembro	58.308	72.084	9.590	12.038	67.898	84.122
Valor fundo de pensões - 1 de janeiro	61.394	64.069	-	-	61.394	64.069
Transferências (a)	(6.826)	-	-	-	(6.826)	-
Benefícios e prêmios pagos pelo fundo	(4.880)	(4.828)	-	-	(4.880)	(4.828)
Rendimento esperado dos ativos do fundo	1.107	1.429	-	-	1.107	1.429
Ganhos e perdas atuariais no rendimento dos ativos do fundo	606	896	-	-	606	896
Custos administrativos	-	(172)	-	-	-	(172)
Valor fundo de pensões - 31 de dezembro	51.402	61.394	-	-	51.402	61.394

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia abriu a possibilidade de os trabalhadores beneficiários mudarem do plano de benefício definido para o plano de benefício de contribuição definida. Um total de 139 trabalhadores aceitou, o que resultou em transferências entre os fundos (devido ao ajuste entre as responsabilidades) e um ganho de €3.836.

Análise de sensibilidade

Taxa de desconto

O impacto de uma variação negativa de 0,25 p.p. na taxa de desconto sobre a responsabilidade para os planos de benefícios de pensão definidos e para os planos de saúde foi estimado resultar num aumento do passivo no montante de €1.339 e €288, respectivamente.

Taxa tendencial

O efeito, para os planos de saúde, de uma variação positiva e negativa de 1 p.p. na taxa tendencial de custos com serviços de saúde foi estimado num aumento do passivo no montante de €1.292 ou diminuição de €1.060, respectivamente.

Os movimentos dos lucros e perdas atuariais líquidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são descritos a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Evolução do exercício:		
Relacionados com as responsabilidades	1.225	(6.663)
Relacionados com os ativos dos fundos	606	896
Imposto diferido correspondente	(368)	972
	1.464	(4.794)

Além disso, os lucros e perdas atuariais incluem os seguintes ajustes de experiência:

	31.12.2017	31.12.2016
Relacionados com as responsabilidades	(1.841)	1.488
Relacionados com os ativos dos fundos	606	896

A diferença entre o valor presente da responsabilidade dos planos de benefícios e o valor de mercado dos ativos do fundo para os últimos cinco exercícios findos em 31 de dezembro é descrita a seguir:

Planos de pensões	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Valor das responsabilidades	58.308	72.084	70.527	73.663	71.402
Valor dos fundos	(51.402)	(61.394)	(64.069)	(66.246)	(68.085)
Déficit	6.906	10.690	6.458	7.417	3.317
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo não corrente	6.922	10.690	6.917	7.417	3.317
Excesso do valor de mercado do fundo	(17)	-	(460)	-	-
Exposição total	6.906	10.690	6.458	7.417	3.317

Planos de saúde	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	773	903	899	904	903
Passivo não corrente	8.817	11.135	9.190	9.812	13.320
Exposição total	9.590	12.038	10.088	10.716	14.223

O Grupo não estabeleceu qualquer fundo autónomo para os planos de saúde. Os principais ativos dos fundos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritos a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Ações	13%	15,3%
Obrigações taxa fixa	71%	65,9%
Obrigações taxa variável	1%	1,6%
Fundos de investimento imobiliário, investimento imobiliário, "hedge funds", liquidez e seguros	15%	17,2%
	100%	100%

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2017, os investimentos imobiliários incluem uma propriedade avaliada em €5.723, que é arrendada ao Grupo com uma locação anual de €375 (€373 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Planos de contribuição definida

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia incorreu em custos de €978 e €936 referentes a planos de contribuição definida, respectivamente.

15. Partes Relacionadas

As transações e os saldos entre as empresas do Grupo consolidados pelo método da consolidação integral foram eliminados no processo de consolidação e, por isso, não são apresentados aqui. Os saldos e as transações entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas abrangem as atividades operacionais normais e incluem adiantamentos, acordos de empréstimos, vendas e compras de produtos e serviços.

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2017, vale a pena mencionar as seguintes transações com as empresas controladoras da CCSA, efetuadas de acordo com as condições de mercado pertinentes:

- A aquisição às Administradora PMV Ltda. e Participações Morro Vermelho S/A, empresas controladoras do grupo, uma participação de 100% das ações da CECC – Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., por €14.642 (R\$48.782 mil) (Nota 2). Esta operação gerou uma perda no valor de €3.443, registrada diretamente no patrimônio líquido;

- Foram estabelecidos acordos de cessão de crédito entre várias empresas do Grupo, Camargo Corrêa, S.A. e a CCSA Finance Ltd. no montante de aproximadamente €51.557 (Nota 6);

- Na área de negócios do Brasil, várias propriedades foram vendidas à Participações Morro Vermelho, S.A. pelo montante de €7.259 (R\$26.310 mil), e na área de negócios de Portugal e Cabo Verde várias propriedades foram vendidas à PARMV Properties – Empreendimentos S.A., no montante de €3.465.

Também para reforçar que, conforme identificado nas Notas 10 e 11, existem empréstimos garantidos por entidades controladoras da Companhia.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritos a seguir:

	31.12.2017								
	Contas a receber	Ativo circulante			Ativo não circulante	Passivo circulante			
		Dividendos a receber	Adiantamento a fornecedores	Outros créditos	Outros créditos	Fornecedores	Outros débitos	Dividendos a pagar	
Entidades sob controle comum:									
Algae	-	-	-	-	25	-	-	-	-
AVE- Gestao Ambiental e Valorização Energética, S.A.	3	-	-	44	-	441	3	-	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	134	-	-	-	-	-	0	-	-
Camargo Correa Infraestrutura S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-	-
CCR S.A.	3	-	-	-	-	-	12	-	-
CCSA Finance Ltd.	-	-	-	-	-	-	5.536	-	-
Concret Mix S.A.	291	-	-	-	-	549	-	-	-
Consortio Concret Mix & Associados	146	-	-	-	-	-	-	-	-
Consortio Concret Mix S.A - OCHO A S.A.	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	130	-	302	252	1.335	638	9	-	-
Constructora Acaray S.A.	58	-	-	-	-	-	-	-	-
Construshopping S.A.	49	-	-	-	-	-	-	-	-
OCHO A S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Setefrete - SGPS, S.A.	-	-	-	15	-	301	-	-	-
Outros da Loma Negra	-	-	-	-	-	-	-	-	355
Outros do Egito	-	-	-	-	-	-	-	-	37
Outros accionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	84
Controladores:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	38	-	-	1	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017	829	-	302	349	1.360	1.930	5.561	477	
Total em 31 de dezembro de 2016	921	6	-	457	1.832	2.319	98	492	

As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritas a seguir:

	31.12.2017			
	Vendas/ receitas	Outras receitas operacionais	Compras/ despesas	Receitas financeiras
Entidades sob controle comum:				
Allpar S.E.	40	-	-	-
AVE- Gestao Ambiental e Valorização Energética, S.A.	18	1	2.720	-
Camargo Correa Infraestrutura S.A.	109	-	-	-
CCDI e controladas	1.714	-	-	-
CCR S.A.	1.243	-	-	-
Concret Mix S.A.	3.385	154	8.180	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	513	-	3.363	21
IEHL	40	-	-	-
Instituto InterCement	-	-	1.097	-
Outros da Yguazú	-	-	9	-
PARMV Properties-Empreendimentos, S.A.	-	-	1.566	-
Setefrete - SGPS, S.A.	-	16	782	-
Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A.	-	-	247	-
Controladores:				
Camargo Corrêa S.A.	-	-	(71)	-
Participações Morro Vermelho S.A.	-	-	295	-
Total em 31 de dezembro de 2017	7.062	170	18.190	21
Total em 31 de dezembro de 2016	11.929	18	19.139	-

Remuneração dos administradores

Do montante de €10.021 pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: (i) €9.988 refere-se a benefícios de curto prazo, como taxas, encargos e outros benefícios, e (ii) €33 refere-se a benefícios pós-emprego de longo prazo, como contribuições de planos de pensão (€11.653 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do qual (i) €11.539 refere-se a benefícios de curto prazo, e (ii) €114 refere-se a benefícios pós-emprego de longo prazo, como contribuições de planos de pensão).

16. Patrimônio Líquido dos Acionistas

Capital

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é representado por 25.046.440 ações nominativas das quais 22.687.439 são ações ordinárias e 2.359.001 são ações preferenciais.

Reserva de Capital - Ações preferenciais - InterCement Participações

As ações preferenciais concedem aos seus titulares o direito ao recebimento de dividendos mínimos, não acumulando perdas, não concedem o direito de voto nas assembleias gerais de acionistas da Companhia, e podem ser resgatadas por decisão do Conselho de Administração. Quaisquer obrigações contratuais são

garantidas e registradas no acionista controlador da Empresa; consequentemente, a Companhia não tem qualquer obrigação contratual assumida com tais detentores de ações preferenciais.

Reservas de lucros

Transações com participações de não controladores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento nesta rubrica inclui principalmente:

a) Venda de participações de não controladores: i) o efeito, líquido de despesas, da venda de uma participação não controladora (IPO) da Loma Negra (Nota 1) com um aumento patrimonial de €876.317 (€966.900 após ajustes de impostos) dos quais €599.782 (€670.028 após ajustes de impostos) aqui reconhecidos nesta rubrica (o restante como um aumento de participações não controladoras) e ii) o montante líquido do efeito fiscal de € 32.419 (€ 51.498 incluindo participações não controladoras), referente ao ganho na venda das participações no Estreito (Nota 2);

b) Aquisição de participação de não controladores: aquisição por acionistas minoritários de uma participação adicional de 2,92% das ações da Cimpor (Nota 1) no montante de €6.663, resultando num ganho de €57.019 reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi incluído o montante líquido do efeito fiscal de €75 milhões (€84 milhões incluindo participações de não controladores), referente ao ganho na venda das participações na Baesa e Machadinho (Nota 2).

Reservas legais e de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, essas reservas foram utilizadas para absorver perdas.

Dividendos

Os detentores de ações ordinárias têm direito a dividendos mínimos anuais obrigatórios equivalentes a 25% do lucro do exercício ajustado conforme previsto no estatuto social e na Legislação Societária Brasileira.

Em 31 de dezembro de 2017, considerando a perda do exercício, não é apresentada nenhuma proposta de dividendos de ações ordinárias ou preferenciais.

Em 27 de abril de 2016, a Companhia aprovou os dividendos de ações preferenciais e ordinárias no montante de R\$215.027 mil (€53.804), o qual já foi pago durante o primeiro semestre de 2016. Os dividendos são calculados e pagos de forma desproporcional em conformidade com os acordos de acionistas e direitos para cada tipo de ações.

Outros resultados abrangentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido em outros resultados abrangentes inclui o montante do patrimônio líquido negativo de €210.944 correspondente a: i) reconhecimento do

patrimônio líquido positivo de perdas atuariais relativa à responsabilidade aos empregados no montante de €1.464; ii) reconhecimento do patrimônio líquido negativo de diferenças de câmbio resultantes de conversão de operações estrangeiras no montante de €227.851 e iii) reconhecimento do patrimônio líquido positivo de operações de cobertura, no montante de €15.443.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluíram o montante do patrimônio líquido positivo de €93.388 correspondente a: i) o reconhecimento do patrimônio líquido negativo de perdas atuariais relativas à responsabilidade aos empregados no montante de €4.794; ii) o reconhecimento do patrimônio líquido positivo de diferenças de câmbio resultantes da conversão de operações estrangeiras no montante de €138.313 e iii) o reconhecimento do patrimônio líquido negativo de operações de cobertura, no montante de €40.131.

Participação de não controladores

Os movimentos de participações de não controladores ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, referentes às principais transações com vendas e aquisições de participações e outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

- O impacto da venda de participações de não controladores, especialmente com a venda da participação do Estreito e Loma Negra “IPO”, foi de €19.079 e €276.535 (€296.872 após ajustes de impostos), respectivamente;
- Relativamente às aquisições, vale a pena mencionar o efeito de €63.682 com a participação adicional de 2,92% das ações da Cimpor;
- Em outros resultados abrangentes, o montante negativo de €95.933 corresponde a: i) reconhecimento positivo na equivalência patrimonial das responsabilidades aos empregados no valor de €340; ii) o reconhecimento negativo na equivalência patrimonial de diferenças cambiais resultantes da conversão de operações estrangeiras no montante de €99.912 e iii) o reconhecimento positivo na equivalência patrimonial de operações de cobertura no montante de €3.639.

Adicionalmente, nesta rubrica, foram registradas as ações preferenciais da Barra Grande Participações, Machadinho Participações e Estreito Participações. Estas ações preferenciais têm algumas características específicas, especialmente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários dos lucros e/ou reservas distribuídos em cada exercício;
- Ausência do direito de voto (exceto para questões específicas estabelecidas nos estatutos correspondentes);
- Prioridade relativa às ações ordinárias em caso de liquidação;
- Ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão);
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Há também cláusulas de contratos que estabelecem um conjunto de pressupostos que regulamentam os termos de uma eventual alienação pelos titulares, incluindo o direito de receber dividendos mínimos, bem como o direito de converter ações preferenciais em ações ordinárias. A Companhia não é solicitada ou obrigada a comprar novamente essas ações preferenciais.

Considerando todas as características do contrato, que cumprem as disposições da IAS 32, os instrumentos referidos (Barra Grande, Machadinho e Estreito) adquirem características de componentes de instrumentos financeiros e de patrimônio líquido, considerando que estes instrumentos incorporam simultaneamente componentes que podem ser classificados como instrumento de patrimônio líquido e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Conseqüentemente, estes componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras, conforme descrito a seguir:

- a) A contribuição inicial recebida como uma consideração de tais ações preferenciais compartilhadas pela InterCement Brasil foi classificada como um instrumento de patrimônio líquido, levando em conta que, nos termos estabelecidos, não há qualquer obrigação de comprar novamente as ações (obrigação de entregar dinheiro ou outros ativos financeiros), nem cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos acionistas) e os respectivos dividendos;
- b) Há também cláusulas contratuais referentes às opções de rendimento mínimo e possível cobertura de desvalorização significativa desses investimentos, por um período de até sete anos ou pelos titulares durante esse período, respectivamente. Essas opções geraram ganho ou perda para a Companhia e esses instrumentos foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e avaliados ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram declarados dividendos relativos a participações não controladoras, no montante de, respectivamente, €16.964 e €579.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a reconciliação entre a taxa nominal e o imposto de renda efetivo é descrita a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(293.452)	(640.356)
Alíquotas (taxa média dos principais países consolidados)	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	99.774	217.721
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Equivalência patrimonial	294	295
Exclusões (adições) permanentes, líquidas (a)	(9.762)	(7.320)
Perdas por imparidade no goodwill (b)	-	(133.060)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos (c)	(105.476)	(20.309)
Ajustes a impostos diferidos (d)	(105.548)	(59.993)
Outros (e)	(16.508)	(12.381)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(137.226)	(15.047)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - Corrente	(77.547)	(49.196)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - Não corrente	(59.679)	34.149

- (a) Inclui o efeito das diferenças entre as alíquotas e outros ajustes;
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refere-se à perda por imparidade no ágio que não é dedutível para fins de imposto de renda (Nota 9);
- (c) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 inclui efeito fiscal de perdas não reconhecidas, tendo em conta que, atualmente, não há projeções que permitam sua recuperação;
- (d) Inclui a eliminação de impostos diferidos ativos em várias jurisdições devido à incerteza de recuperá-los, em especial na área de negócios do Brasil, e também ao efeito nos impostos diferidos da alteração na alíquota na área de negócio argentina;
- (e) A rubrica "Outros", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, inclui o registro de um encargo de imposto de renda de aproximadamente €7 milhões e €12 milhões, relacionados ao acordo de pagamento das apurações de imposto adicional efetuadas pela autoridade fiscal para uma de nossas empresas no Egito, referente ao exercício de 2008 e de 2000 a 2004, respectivamente. O Conselho de Administração recorreu judicialmente e, apoiado pelo parecer de consultores jurídicos, entende que as autoridades fiscais não têm fundamento quanto à manutenção da importância dessas apurações.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, também nas subsidiárias da área de negócios do Egito, foram constituídas provisões para imposto de renda para os exercícios de 2004 a 2014, no valor de aproximadamente €9 milhões (ver Nota 12).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas, entre os livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização pelas controladas.

Além do encargo de imposto de renda, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Grupo registrou impostos diferidos no montante de €89.286 e €31.342, respectivamente, diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são especificados da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	35.109	77.026
Riscos tributários, trabalhistas e cíveis	11.952	15.466
Avaliação da vida útil do imobilizado	1.925	1.983
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.357	4.293
Provisão para reconstituição ambiental	629	6.186
PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	-	8.118
Provisões para participação nos lucros	-	3.350
Provisões para serviços de terceiros	-	1.976
Variação cambial tributada no regime de caixa	-	7.582
Outras provisões temporárias	29.273	35.817
Total do ativo	81.245	161.797
Passivo:		
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	45.023	152.112
Variação cambial tributada no regime de caixa	11.826	-
Custo atribuído do ativo imobilizado	47.068	52.370
Avaliação da vida útil do imobilizado (a)	34.311	42.513
Mensuração dos ativos adquiridos ao valor justo (b)	138.403	162.091
Provisão para reconstituição ambiental	3	3
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	-	1.313
Outras provisões temporárias	20.509	23.397
Total do passivo	297.143	433.799
Total líquido classificado no ativo não circulante	16.860	29.827
Total líquido classificado no passivo não circulante	232.758	301.829

(a) Na área de negócios do Brasil, estes impostos continuarão a cumprir o Decreto 3000/99, Regulamento do Imposto de Renda (RIR).

(b) Refere-se à reavaliação de ativos ao justo valor na aquisição da controlada Cimpor em 2012.

Em 31 de dezembro de 2017, considerando as condições de mercado das operações brasileiras e a expectativa da administração em relação à realização da maioria dos prejuízos fiscais, somente após 2020, a administração decidiu registrar uma provisão para créditos fiscais diferidos no montante de aproximadamente €104 milhões (R\$376 milhões), com base na possível incerteza nas projeções.

Estas estimativas são baseadas no histórico da Companhia referente a rentabilidade, projeção de rendimento tributável futuro e ao período estimado para a reversão de diferenças temporárias.

18. Receita Líquida

A discriminação da receita líquida da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é descrita a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Venda de produtos	1.993.236	1.972.718
Serviços prestados	112.125	118.986
(-) Impostos sobre vendas	(178.259)	(212.498)
(-) Abatimentos/descontos	(42.338)	(36.222)
Total	<u>1.884.764</u>	<u>1.842.984</u>

Os impostos sobre vendas incluem impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto estadual (ICMS), Impostos sobre as vendas (PIS e COFINS) e Imposto Sobre Serviços (ISS).

19. Informações sobre a Natureza de Custos e Despesas Reconhecidos na Demonstração do Resultado

A demonstração do resultado consolidado é apresentada com base em uma classificação de despesas de acordo com a sua função. As informações sobre a natureza de tais despesas são descritas a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Depreciação, amortizações e perdas por imparidade (a)	(446.722)	(593.048)
Salários e benefícios a empregados	(295.971)	(293.064)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(399.269)	(419.807)
Despesas tributárias	(36.537)	(17.837)
Serviços de terceiros	(207.767)	(195.237)
Despesas com aluguel	(17.212)	(23.178)
Despesas com frete	(180.888)	(168.802)
Despesas com manutenção	(110.008)	(101.053)
Despesas com combustível	(145.875)	(133.440)
Despesas com eletricidade	(134.789)	(133.746)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(20.660)	(2.936)
Ganho na venda de ativo imobilizado	7.292	11.858
Ganho na venda de créditos de carbono	3.869	6.231
Outras (despesas)/receitas	(52.916)	(26.235)
Total	(2.037.453)	(2.090.294)
Custo das vendas e dos serviços	(1.518.347)	(1.463.581)
Despesas administrativas e comerciais	(287.082)	(277.647)
Outras (despesas)/receitas	(232.024)	(349.066)
Total	(2.037.453)	(2.090.294)

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 incluem a imparidade nos ativos tangíveis e no ágio, no montante de €233.573 (Nota 8) e €391.352 (Nota 9), respectivamente.

20. Receitas (despesas) financeiras e variações cambiais

	31.12.2017	31.12.2016
Variação cambial (a):		
Receita com variação cambial	249.756	72.591
Despesa com variação cambial	(121.445)	(196.702)
Total	128.311	(124.111)
Receitas financeiras:		
Variação monetária	6.724	8.420
Rendimento financeiro	17.405	23.594
Juros ativos	1.369	1.679
Instrumentos financeiros derivativos (b)	7.562	-
Outras receitas (c)	1.779	34.810
Total	34.839	68.503
Despesas financeiras:		
Variação monetária	(3.447)	(7.402)
Despesa com juros e encargos	(226.009)	(264.941)
Despesas com comissões bancárias	(23.317)	(21.290)
Despesa de multas (d)	(22.084)	(515)
Instrumentos financeiros derivativos (b)	(10.221)	(3.975)
Perda reconhecida no ativo detido para venda	(5)	-
Outras despesas	(19.694)	(40.183)
Total	(304.777)	(338.306)

- (a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as diferenças de câmbio são influenciadas principalmente pela valorização e desvalorização de moedas funcionais em relação a outras moedas (principalmente o dólar e o euro). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e principalmente devido à liquidação dos instrumentos derivativos ocorridos em março e abril (Nota 25), as variações de câmbio dos empréstimos não foram totalmente compensadas por instrumentos derivativos, conseqüentemente, as diferenças de câmbio positivas de aproximadamente €96 milhões foram reconhecidas devido à taxa de câmbio favorável do euro em relação ao dólar.
- (b) Estas rubricas são compostas pela variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivativos de negociação contratados para cobrir os riscos de taxa de câmbio, juros e opções em relação às operações "Baesa", "Machadinho" e "Estreito" (ver Nota 25.4);
- (c) Em outras receitas e despesas financeiras estão incluídas receitas e despesas relacionadas aos ajustes financeiros dos ativos e passivos, incluindo o efeito do ajuste financeiro de provisões (Nota 11), descontos de pagamento antecipado concedidos e obtidos e os custos relacionados às comissões, garantias e outros encargos bancários em geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica também

é influenciada pela recompra de obrigações emitidas pela Cimpor Financial Operations, B.V. com um valor nominal de US\$108.378, que gerou uma receita financeira no montante de €23.429.

- (d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está incluída a estimativa de juros de mora relacionados à licença industrial na área de negócio do Egito (ver Nota 12)

21. Compromissos

- (a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os acordos de arrendamento operacional de terrenos, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, são efetivos de cinco a dez anos. A expectativa é de que os pagamentos do arrendamento sejam pagos em quantias nominais, conforme descrito a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Até 1 ano	9.535	4.288
De 1 a 5 anos	11.997	51.509
Mais de 5 anos	26	4.059
Total	21.558	59.856

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo reconheceu como despesas de arrendamento operacional o montante de €12.941 (€16.507 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

- (b) Contratos de compra

A InterCement Brasil possui um acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e também contratos de aquisição de energia elétrica até 2020, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é descrita a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
2017	-	12.344
2018	6.534	12.344
2019	7.355	12.344
2020	7.880	12.344
2021	-	1.029
Total	21.769	50.405

Outras controladas são partes em acordos contratuais para a compra de estoques e imóveis, instalações e equipamentos, e a operação de instalações localizadas em propriedades de terceiros, conforme apresentado a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
2017	-	24.452
2018	40.242	15.333
2019	22.572	14.797
2020	14.008	10.721
2021	12.448	22.212
Após 2021	77.789	-
Total	167.059	87.515

O aumento dos compromissos é devido a um contrato de energia na área de negócio da Argentina e Paraguai, no valor de US\$92,4 milhões (€78 milhões), iniciado em 2018 e por um período de 20 anos.

Também de referir que, na sequência do contrato concluído com a Sinoma International Engineering Co. Ltd para a construção da nova fábrica de cimento, a Loma Negra C.I.A.S.A. assumia em 31 Dezembro de 2017 um total de compromissos num montante total de €277.600 (ARS 6.212.214 mil). Este valor é dividido em ARS 2.167.648 mil, US\$ 41.575 mil e €107.415. O valor em pesos é sujeito a atualizações periódicas de acordo com uma fórmula de ajuste de preço, pelo que estes compromissos em 31 de dezembro de 2017 totalizam ARS 2.397.552 mil.

22. Lucro por Ação

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro para cada período, com os montantes utilizados para o cálculo básico e diluído por ação:

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da controladora	(363.728)	(508.316)
Lucro atribuível às ações ordinárias	(363.728)	(508.316)
Média ponderada de ações - ON	22.687.439	22.687.439
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação - ON	(16,03)	(22,41)

Como resultado da perda líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a perda por ação não inclui a alocação de lucro para as ações preferenciais.

23. Seguros

Cada área de negócio é coberta pela Cimpor Reinsurance, S.A., empresa de resseguros responsável pela administração do risco operacional. Esta empresa assume diretamente todos os danos de propriedade com limites de indenização de até €3 milhões por sinistro, e riscos de terceiros e de produtos de até €250 por sinistro; em cada caso, o excesso é coberto por empresas de seguro internacionais. A Cimpor Reinsurance, S.A. abrange todas as áreas de negócio, exceto os riscos de terceiros e de produtos das empresas na área de negócio da Argentina.

As empresas na área de negócio da Argentina têm a apólice de cobertura de seguro para riscos de terceiros e de produtos de acordo com a avaliação da Administração.

24. Garantias

As cartas de conforto e garantias dadas no Grupo, no montante de €2,6 bilhões, referem-se a passivos financeiros já refletidos na posição financeira consolidada. Além disso, em 31 de dezembro de 2017, várias empresas do Grupo obtiveram garantias junto a terceiros, relacionadas principalmente a processos fiscais no montante de €435 milhões (€473 milhões em 31 de dezembro de 2016).

25. Instrumentos Financeiros

O Grupo realiza operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas de balanço, que se destinam a atender as necessidades operacionais e financeiras. A Companhia contrata investimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos e também derivativos.

25.1 Gestão do risco de capital

A estrutura de capital do Grupo consiste no endividamento líquido (empréstimos menos equivalentes de caixa e valores mobiliários) e no patrimônio líquido (que inclui o capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo obteve uma melhora significativa na sua estrutura de capital através da redução do nível de endividamento, devido principalmente às operações para atrair acionistas minoritários para o patrimônio líquido da Companhia (IPO da Loma Negra e participação no Estreito — ver Notas 1 e 2). Estas operações permitiram a continuação do aprimoramento da posição financeira do Grupo.

Quanto ao financiamento da sua atividade, o Grupo ICP continuará a otimizar sua estrutura de capital, promovendo a redução do nível de alavancagem. Para esse efeito, combinará a redução do capital empregado, a venda de ativos não estratégicos e participações minoritárias, com a disciplina de CAPEX e o aumento na geração de fluxo de caixa — quer através de EBITDA, ou por meio do desenvolvimento do programa de capital de giro.

25.2 Administração dos riscos financeiros

Princípios gerais

O Grupo ICP, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de afetarem a sua situação patrimonial e resultados, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de contraparte.

Por risco financeiro, entende-se, justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e fluxos de caixa sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados estimados, através de um planeamento financeiro, preparado com base em projeções plurianuais.

Além disso, outra preocupação do Grupo é que os processos para gerenciar esses riscos atendam às necessidades internas de informação e também aos requisitos externos (reguladores, auditores, mercados financeiros e todas as demais partes interessadas).

O Grupo, como regra, não assume posições especulativas e, portanto, o único objetivo de todas as operações realizadas é o de administrar riscos financeiros aos quais o Grupo está inevitavelmente exposto.

A cobertura do risco de taxa de juros e do risco de taxa de câmbio normalmente significa a contratação de derivativos financeiros no mercado *over-the-counter* (por motivos de flexibilidade), envolvendo um número limitado de contrapartes com altas classificações. Essas operações são realizadas com entidades financeiras com as quais os contratos da International Swaps and Derivatives Association (ISDA) foram concluídos antecipadamente, de acordo com as normas internacionais.

O departamento de tesouraria é responsável pelo gerenciamento dos riscos financeiros, incluindo a identificação, avaliação e proteção desses riscos. Esta gestão de risco é conduzida sob a orientação da Comissão Executiva, em particular do diretor responsável pela área de risco financeiro (cuja aprovação é necessária antes de qualquer operação).

25.3 Risco de taxa de juros

A exposição do Grupo ao risco de taxa de juros decorre do fato de que seu balanço inclui ativos e passivos financeiros que podem ter sido contratados a taxas de juros fixas ou a taxas de juros variáveis. No primeiro caso, o Grupo corre o risco de variação no justo valor desses ativos e passivos, em que qualquer alteração nas taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Neste último caso, essa alteração tem um impacto direto no montante de juros pagos / recebidos, resultando em alterações na conta de caixa.

Os *swaps* de taxa de juros normalmente são contratados para cobrir esses tipos de risco, de acordo com as expectativas do Grupo em relação ao desenvolvimento das taxas de mercado.

Exposição a riscos de taxa de juros e a taxas variáveis e fixas

O Grupo está exposto a taxas de juros variáveis e taxas de inflação, relacionadas principalmente às alterações do IGP-M, do CDI, da Libor, da Euribor, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e da TJLP nos empréstimos e debêntures. As taxas de juros sobre os investimentos de curto prazo são vinculadas principalmente à flutuação do CDI e da Selic. Estas posições são as seguintes:

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo:		
CDI	38.823	55.795
SELIC	36.558	33.466
Total do ativo	75.381	89.261
Passivo:		
IGP-M	6.937	8.513
CDI	630.798	903.445
EURIBOR	419.559	531.411
LIBOR	662.014	458.907
TJLP	4.452	45.025
Outros	40.865	120.225
Total do passivo	1.764.625	2.067.525

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a dívida do Grupo por tipo de taxa de juros, considerando já os instrumentos financeiros derivados, entre taxa variável e taxa fixa, está distribuída desta forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Taxa variável	66%	61%
Taxa fixa	34%	39%

25.4 Risco de taxa de câmbio

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio para as moedas de diferentes países, particularmente as que devido aos montantes de capital investido em cada país, a moeda funcional é diferente da moeda funcional do Grupo.

Os efeitos cambiais derivados da integração das demonstrações financeiras locais nas contas consolidadas do Grupo podem ser mitigados através da cobertura do valor dos investimentos líquidos realizados naqueles países. Essas operações não são frequentes por se considerar que o seu custo é, em regra, excessivo face ao nível dos riscos envolvidos.

A cobertura do risco de taxa de câmbio, quando efetuada, normalmente é realizada por meio de contratação de *swaps* e *forwards*, com maturidades, em princípio, equivalentes a do instrumento de dívida que serve como lastro para a cobertura.

O Grupo não efetua operações sobre taxas de câmbio que não se adequem à cobertura de posições já existentes ou contratadas.

Tendo em consideração o facto de o Grupo operar em países com um diferencial de taxas de juros substancial face à moeda de consolidação faz com que se procure estratégias de *hedge* natural. É nesta lógica que se procura aumentar a dívida nas Unidades de Negócio de forma a se obter uma maior correspondência entre ativos e passivos, reduzindo deste modo a exposição global do Grupo.

A Companhia possui na sua carteira de derivados instrumentos de cobertura que ajudam a gerir a exposição cambial do Grupo, nomeadamente *Cross-Currency-Swap*, mediante as quais, em termos práticos, se transforma um passivo em USD em dívida contratada em Euros.

Exposição ao risco cambial

O Grupo possui ativos e passivos em moedas diferentes de suas próprias moedas funcionais, principalmente o dólar, e os seus resultados financeiros podem ser significativamente afetados pela variação das taxas de câmbio.

Os principais grupos de contas expostos ao risco cambial são conforme descrito a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo:		
Caixa, equivalentes de caixa e títulos	803.623	298.927
Contas a receber	7.379	5.396
Partes relacionadas (a)	544.658	458.849
Outros créditos	3.552	373
Ativo exposto	1.359.212	763.545
Passivo:		
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	1.155.280	546.738
Fornecedores no exterior	32.981	51.439
Partes relacionadas (a)	430.052	458.237
Outros débitos	233	-
Passivo exposto	1.618.313	1.056.413

- (a) Trata-se de saldos entre as empresas com exposição cambial em pelo menos uma das empresas relacionadas, considerando que as controladas têm diferentes moedas funcionais, onde os saldos (ativos e passivos) são eliminados durante a consolidação; no entanto, o impacto de ganho ou perda não é totalmente eliminado.

A apresentação de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários correntes por moedas e exposições cambiais relacionadas são as seguintes:

2017			
Moeda Funcional	Moeda	Moeda	Euros
ARS	USD	54.402	45.338
BRL	USD	143	119
PYG	USD	444	370
EGP	USD	2.587	2.156
EUR	USD	906.186	755.212
MZN	USD	90	75
ARS	BRL	10	2
PYG	BRL	1	0
ARS	EUR	15	15
PYG	EUR	28	28
EGP	EUR	32	32
MZN	EUR	142	142
EUR	EGP	2.731	128
ARS	PYG	6.155	1
MZN	ZAR	45	3
Montante exposto a risco cambial			803.623
BRL	BRL	329.808	83.090
EUR	EUR	142.465	142.465
ARS	ARS	2.031.925	90.799
MZN	MZN	689.770	9.837
EGP	EGP	317.394	14.921
PYG	PYG	30.133.107	4.484
ZAR	ZAR	703.797	47.696
CVE	CVE	317.392	2.878
			396.171
			<u>1.199.794</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais instrumentos de dívida, considerando já os instrumentos financeiros derivados, estavam denominados nas seguintes moedas:

	31.12.2017	31.12.2016
USD	42%	17%
BRL	23%	28%
EUR	30%	50%
Outros	5%	5%

25.5 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades do Grupo como também fazer face a eventuais operações de caráter extraordinário.

Os processos de refinanciamento em 2016 permitiram uma melhoria no perfil da dívida, reduzindo o custo médio da dívida, garantindo um nível significativo de liquidez e a concentração de operações de grande refinanciamento apenas após 2019.

O perfil da dívida, aliado ao elevado montante de caixa e equivalentes no fim do ano que, praticamente, elimina o risco de liquidez do Grupo, faz com que a necessidade de existência de linhas de *backup* seja residual.

Em 31 de dezembro de 2017, o nível de liquidez seria suficiente para cobrir os compromissos financeiros dos dois anos seguintes e o prazo médio de vencimento da dívida de 3,6 anos.

25.6 Risco de crédito

A percepção do risco de crédito que o mercado tem relativamente ao Grupo, no tocante a operações de financiamento, reflete-se naturalmente no nível dos custos financeiros associados a tais operações. A influência do Grupo nesta matéria é apenas subsidiária, consubstanciando-se na prática de uma gestão prudente e equilibrada, de forma a minimizar a probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades.

A solvência do Grupo encontra-se, também, refletida no rácio de *Leverage (Net Debt / EBITDA)*. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia acordou com as instituições financeiras em aumentar esses parâmetros de 4,5 para 5,0 (rácio *Net Debt* versus EBITDA). Nessa data, as condições dos *covenants* foram reunidas.

Além do *Covenant Financeiro (Net Debt/Ebitda)*, o Grupo também está sujeito a algumas outras cláusulas restritivas, como, por exemplo, "*Change of control*" e "*Cross acceleration*".

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem principalmente em investimentos de curto prazo e créditos comerciais. A Companhia e suas controladas mantêm contas bancárias e investimentos de curto prazo com instituições financeiras aprovadas pela Administração, e realizam as operações de venda somente de acordo com critérios de aprovação de crédito, minimizando os riscos padrão.

25.7 Risco de contraparte

No estabelecimento de relações contratuais de diversa ordem com entidades terceiras, o Grupo assume riscos que decorrem da probabilidade de incumprimento ou, num cenário extremo, de *default* de uma contraparte.

O Grupo procura limitar a sua exposição a este risco – tanto na realização de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria como na contratação de instrumentos derivados – mediante uma seleção rigorosa das contrapartes, baseada nas respetivas notações de *rating* e tomando em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Com a informação atualmente disponível, não são expectáveis quaisquer prejuízos por incumprimento.

25.8 Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros

Impacto de riscos de taxas de juros na variabilidade da despesa financeira líquida do Grupo. Os resultados de uma análise de sensibilidade da exposição em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

a) Análise de sensibilidade — Taxas de juros com índice Euribor, US LIBOR e CDI

Uma alteração paralela de +/- 1% na curva da taxa de juros com todas as outras hipóteses em permanência constante resultaria em um aumento nos custos financeiros para o período findo nessa data (antes de impostos) de aproximadamente €7 milhões sobre o passivo em euros, indexado à taxa variável, US\$7 milhões sobre o empréstimo com taxa variável, e €6 milhões sobre o empréstimo com taxa variável em Reais, conforme mostrado na tabela abaixo:

Indexador	Moeda	Saldo	1%	2%	3%
Euribor	EUR	419.559	4.196	8.391	12.587
US Libor	USD	662.014	6.620	13.240	19.860
CDI	BRL	630.798	6.308	12.616	18.924

Adicionalmente, no caso de taxas indexadas em R\$, 3 outros cenários foram simulados: o cenário 1, supondo que as taxas esperadas sejam de acordo com o mercado, e dois cenários de aumento de 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3, Remoto) nas taxas, sendo considerado especificamente que já que havia valores significativos investidos nessa moeda, houve uma simulação do impacto que uma diminuição nas taxas teria sobre estas aplicações (CDI e Selic — Ativos). Os resultados para os impactos de ativos e passivos são descritos a seguir:

	Saldo	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Aplicações financeiras:					
CDI	38.823	Queda do índice	2.601	1.951	1.301
SELIC	36.558	Queda do índice	2.511	1.884	1.256
Empréstimos e obrigações:					
IGP-M	6.937	Aumento do índice	270	337	405
CDI	630.798	Aumento do índice	42.263	52.829	63.395
TJLP	4.452	Aumento do índice	312	390	467

b) Taxas de câmbio

Nos componentes derivativos financeiros e de dívidas, considerando a distribuição da moeda referida, os riscos de taxas de câmbio resultam da volatilidade da taxa de câmbio, bem como do seu impacto nos resultados financeiros consolidados.

Considerando-se o perfil de ativos e passivos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2017 (incluindo saldos intragrupo), o impacto mais significativo sobre os resultados financeiros líquidos seria conforme descrito a seguir:

Montante em USD	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-17)		Desvalorização USD			Valorização USD	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
-170.215	EUR	1,1999	Efeito em EUR	-14.186	-7.093	-	7.093	14.186
-58.121	ARS	18,65	Efeito em ARS	-108.397	-54.198	-	54.198	108.397
			Efeito em EUR	-5.382	-2.549	-	2.307	4.403
-3.500	PYG	5.600,98	Efeito em PYG	-1.960.107	-980.054	-	980.054	1.960.107
			Efeito em EUR	-324	-154	-	139	265
-139.718	BRL	3,31	Efeito em BRL	-46.219	-23.109	-	23.109	46.219
			Efeito em EUR	-12.938	-6.128	-	5.545	10.585
82.595	ZAR	12,30	Efeito em ZAR	101.571	50.785	-	-50.785	-101.571
			Efeito em EUR	7.648	3.623	-	-3.278	-6.258
-25.753	EGP	17,73	Efeito em EGP	-45.655	-22.827	-	22.827	45.655
			Efeito em EUR	-2.385	-1.130	-	1.022	1.951
-125.544	MZN	58,43	Efeito em MZN	-733.614	-366.807	-	366.807	733.614
			Efeito em EUR	-11.625	-5.507	-	4.982	9.512

Montante em EUR	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-17)		Desvalorização EUR			Valorização EUR	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
-33.130	ZAR	14,76	Efeito em ZAR	48.886	24.443	-	-24.443	-48.886
			Efeito em EUR	3.068	1.453	-	-1.315	-2.510
165.067	BRL	3,97	Efeito em BRL	-65.520	-32.760	-	32.760	65.520
			Efeito em EUR	-15.285	-7.240	-	6.551	12.506

Montante em EGP	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-17)		Desvalorização EGP			Valorização EGP	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
35.401	EUR	21,272	Efeito em EUR	166	83	-	-83	-166

(Milhares)

25.9 Categorias de instrumentos financeiros

	31.12.2017	31.12.2016
Ativos correntes:		
Ativos financeiros - custo amortizado:		
Caixa e bancos (Nota 4)	909.868	325.110
Aplicações financeiras correntes - ativo financeiro	237.555	157.680
Contas a receber de clientes (Nota 6)	82.324	137.605
Outras contas a receber	36.396	52.079
Ativos financeiros ao justo valor:		
Fundos exclusivos	52.371	105.125
Derivativos (Nota 25.10)	3.856	26.450
Ativos não correntes:		
Ativos financeiros - custo amortizado:		
Aplicações financeiras não correntes - ativo financeiro	2.053	2.928
Contas a receber de clientes	1.137	6.199
Outras contas a receber	20.541	27.473
Ativos financeiros ao justo valor:		
Derivativos (Nota 25.10)	6.690	215.450
Passivos correntes:		
Passivos financeiros - custo amortizado:		
Debêntures (Nota 11)	105.682	121.926
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	467.604	213.866
Fornecedores	291.649	311.631
Juros a pagar (Notas 10 e 11)	57.571	95.678
Outras contas a pagar	42.221	30.223
Passivos financeiros ao justo valor:		
Derivativos (Nota 25.10)	-	8.287
Passivos não correntes:		
Passivos financeiros - custo amortizado:		
Debêntures (Nota 11)	895.403	1.157.415
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	1.244.050	1.932.136
Fornecedores	6.142	9.199
Outras obrigações	16.252	13.831
Passivos financeiros ao justo valor:		
Derivativos (Nota 25.10)	16.589	7.468

25.10 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o justo valor dos derivativos é descrito a seguir:

	Outros ativos				Outros passivos			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Derivativos de trading	-	-	6.690	200	-	4.876	-	-
Coberturas de cash-flow - Swaps de taxa de juro e câmbio	3.856	26.450	-	215.249	-	3.411	16.589	7.468
	3.856	26.450	6.690	215.450	-	8.287	16.589	7.468

Derivativos de cobertura

O seguinte cronograma mostra as operações em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 que se qualificam como instrumentos de contabilidade de cobertura:

Tipo de cobertura	Nocional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor		
					31.12.2017	31.12.2016	
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap to EUR	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	36.488
Cash-flow	USD 100.000.000	Cross Currency Swap to EUR	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	15.960
Cash-flow	USD 50.000.000	Cross Currency Swap to EUR	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	9.073
Cash-flow	USD 150.000.000	Cross Currency Swap to EUR	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	26.021
Cash-flow	USD 195.750.000	Cross Currency Swap to EUR	fev-19	Cobertura de cash-flow de Tranche A do financiamento Sindicado	(a)	-	28.977
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap to EUR	fev-19	Cobertura de cash-flow de Tranche B do financiamento Sindicado	(a)	-	43.488
Cash-flow	USD 424.000.000	Cross Currency Swap to EUR	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(a)	-	81.692
Cash-flow	EUR 379.218.809	Interest Rate Swap	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(a)	-	(10.878)
Cash-flow	USD 292.000.000	Cross Currency Swap to EUR	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(b)	(12.733)	-
						(12.733)	230.821

(a) Instrumentos derivativos liquidados em março e abril de 2017 tendo sido recebidos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de €209.201 no momento da sua liquidação. De acordo com a IAS 39, o montante remanescente, sem impostos, acumulado até dezembro de 2017, registrado como "Outros resultados abrangentes", no montante de aproximadamente €18.000 será amortizado ao resultado, quando o fluxo de caixa for realizado;

(b) Em 29 de junho de 2017, foi contratado um derivativo de fluxo de caixa para cobrir uma dívida financeira de US\$292 milhões. Como as condições de tal instrumento permitiam somente a cobertura a partir de 31 de julho de 2017, ela foi registrada como mantida para negociação até essa data.

Em 31 de dezembro de 2017, devido essencialmente às liquidações de derivativos ocorridas em março e abril, a exposição da dívida em dólares aumentou em US\$953 milhões em relação à exposição de dezembro de 2016.

Derivativos de trading

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a liquidação do instrumento financeiro de derivativos, que não se qualificou como cobertura, resultou em um pagamento de €4.548, sendo mantidas no portfólio em 31 de dezembro de 2017 três opções subscritas de derivativos (as duas primeiras em 2016) em relação às operações da “Baesa”, “Machadinho” e “Estreito”, cujo justo valor de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi de aproximadamente €6.690 e €248, respectivamente.

25.11 Valores de mercado

Valor justo estimado — ativos mensurados pelo valor justo

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os seguintes níveis de antiguidade do valor justo:

- Nível 1: o valor justo dos instrumentos financeiros é baseado em resultados nos mercados ativos líquidos na data das demonstrações financeiras;
- Nível 2: o valor justo dos instrumentos financeiros não é baseado em resultados nos mercados ativos líquidos mas sim com base nos modelos de avaliação;
- Nível 3: o valor justo dos instrumentos financeiros não é baseado em resultados nos mercados ativos líquidos mas sim nos modelos de avaliação, os principais fatores que não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros ao justo valor	Caixa e equivalentes de caixa	52.371	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Derivativos	-	3.856	6.690
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Derivativos	-	16.589	-

Valor justo estimado — ativos e passivos não mensurados pelo valor justo

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseada em critérios extraídos das agências de bancos de dados externas e dos resultados obtidos confrontados com as avaliações correspondentes efetuadas pelas contrapartes.

Exceto no que se refere aos empréstimos não circulantes, a maioria dos ativos e passivos financeiros vence a curto prazo, portanto, o seu valor justo é considerado como os mesmos valores contábeis.

Sobre os empréstimos e debêntures, conforme mostrado nas Notas 10 e 11, em geral, são contratados a taxas de juros variáveis. Por conseguinte, entende-se que o respectivo valor contábil (custo amortizado) não difere significativamente do seu valor de mercado correspondente, exceto para as Obrigações emitidas pela Cimpor B.V. e para os empréstimos com taxas de juros fixas contraídos no mercado brasileiro (e também nos segmentos da Argentina e Paraguai para o comparativo apresentado de dezembro de 2016), cujo efeito da sua avaliação de valor justo em relação ao seu valor contábil é descrito a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Justo valor	1.012.404	1.410.143
Valor contabilizado	1.019.187	1.500.195

26. Informações Suplementares do Fluxo de Caixa

Atividades de investimento e financiamento que não envolvem dinheiro

	31.12.2017	31.12.2016
Capitalização de juros	121	854
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	-	19.186
Aquisição de imobilizado através de contas a pagar	1.788	17.791
Aquisição de intangível através de contas a pagar	14.169	6.141
Vendas de imobilizado que serão recebidos futuramente	2.649	4.275

27. Segmento Operacional

Os segmentos operacionais são identificados com base em relatórios internos sobre os componentes da Companhia, periodicamente revistos pelo Diretor Executivo (CEO), o diretor operacional, para que os recursos possam ser alocados aos segmentos e seus desempenhos avaliados.

Para gerenciar seus negócios levando em consideração as suas atividades financeiras e operacionais, a Companhia classificou seus negócios em cada área geográfica onde a Companhia atua.

As informações sobre o resultado são descritas a seguir:

	31.12.2017				31.12.2016			
	Vendas de produtos e serviços prestados			Resultado	Vendas de produtos e serviços			Resultado
	Vendas externas	Vendas entre segmentos	Total		Vendas externas	Vendas entre segmentos	Total	
Informações por segmento:								
Brasil	453.607	1.017	454.624	(307.595)	523.198	1.305	524.503	(406.147)
Argentina e Paraguai	811.211	-	811.211	176.236	644.733	-	644.733	123.224
Portugal e Cabo Verde	230.773	56.853	287.626	(10.978)	199.495	60.828	260.323	(3.642)
Egito	104.024	-	104.024	(24.447)	176.860	-	176.860	12.507
Moçambique	96.417	-	96.417	1.814	123.764	-	123.764	13.568
África do Sul	133.696	2.386	136.082	21.110	108.509	2.955	111.464	22.542
Total	1.829.728	60.256	1.889.984	(143.860)	1.776.559	65.088	1.841.647	(237.948)
Não afetos a segmentos (a)	55.036	144.237	199.273	(8.829)	66.426	144.243	210.669	(9.362)
Eliminações	-	(204.492)	(204.492)	-	-	(209.331)	(209.331)	-
Subtotal	1.884.764	-	1.884.764	(152.689)	1.842.984	-	1.842.984	(247.310)
Ações de resultados em empresas associadas				864				868
Lucro antes do resultado financeiro				(151.825)				(246.442)
Ganhos / (perdas) cambiais, líquidos				128.311				(124.111)
Receita financeira				34.839				68.503
Despesa Financeira				(304.777)				(338.306)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social				(293.452)				(640.356)
Imposto de renda e contribuição social				(137.226)				(15.047)
Prejuízo líquido do exercício				(430.678)				(655.403)

a) Esta rubrica inclui empresas holding e empresas comerciais não atribuíveis a segmentos específicos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os resultados operacionais no segmento "Portugal e Cabo Verde" são influenciados positivamente por um ganho líquido de €3.869 (€6.231 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), como resultado da venda de 750.000 toneladas de emissões de CO₂ (3.200.000 toneladas de licenças no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), deduzido do passivo de €172 (€9.426 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), o que corresponde, essencialmente, a 35.784 toneladas de emissões de CO₂ acima das licenças detidas, totalizando 2.398.347 toneladas de emissões de CO₂ no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, (2.070.879 toneladas de emissões de CO₂ no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

De referir que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, também foi contratada a compra de 2.000.000 toneladas de licenças de emissão de CO₂ pelo montante de €9.503 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 2.940.000 toneladas de licenças de emissão de CO₂ foram adquiridas pelo montante de €22.296). Em abril de 2017, 2.106.622 licenças foram devolvidas, referentes às emissões no ano de 2016 (em abril de 2016, 2.927.535 licenças foram devolvidas, referentes às emissões no ano de 2015).

O lucro para cada exercício acima inclui o montante total dos segmentos da Companhia, desconsiderando os seguintes montantes atribuíveis às participações não controladoras:

	Não controladores	
	31.12.2017	31.12.2016
Informações por segmento:		
Brasil	(94.326)	(120.711)
Argentina e Paraguai	39.537	10.273
Portugal e Cabo Verde	(2.808)	(1.794)
Egito	(14.654)	(3.864)
Moçambique	7.053	(15.806)
Africa do Sul	2.019	2.489
	(63.179)	(129.413)
Não afetos a segmentos	(3.771)	(17.674)
Total	(66.950)	(147.087)

Outras informações:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Gastos com imobilizado e intangível	Depreciação, amortização e perdas por imparidade	Gastos com imobilizado e intangível	Depreciação, amortização e perdas por imparidade
Informações por segmento:				
Brasil	45.231	311.554	38.104	468.297
Argentina e Paraguai	71.021	34.571	60.444	40.004
Portugal e Cabo Verde	5.595	58.388	8.341	41.689
Egito	14.599	23.920	42.044	22.399
Moçambique	6.216	6.511	5.722	6.170
África do Sul	7.223	9.917	4.442	7.421
	<u>149.885</u>	<u>444.861</u>	<u>159.097</u>	<u>585.980</u>
Não afetos a segmentos	1.800	1.861	1.759	7.068
Total	<u><u>151.685</u></u>	<u><u>446.722</u></u>	<u><u>160.856</u></u>	<u><u>593.048</u></u>

As perdas por imparidade, quando ocorrem, referem-se às perdas por imparidade no ágio e nos ativos tangíveis e intangíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no segmento de negócio brasileiro, foram registradas perdas por imparidade para ativos tangíveis no montante de €233.573; no segmento de negócio de Portugal e Cabo Verde, foram registradas perdas por imparidade em ativos tangíveis e intangíveis no montante de €6.730 e €2.175; e na área de negócio no Egito, foi registrada uma imparidade relacionada aos ativos fixos no valor de €8.552 (Notas 8 e 9).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram registradas perdas por imparidade no segmento de negócio brasileiro para o ágio no montante de €391.352, e também é digno de menção no presente exercício, a perda por imparidade em ativos tangíveis não atribuídos a segmentos operacionais, no montante de aproximadamente €4.281 (Notas 8 e 9).

Além disso, os ativos e passivos do segmento reconciliados com os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritos a seguir:

	31.12.2017			31.12.2016		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Segmentos operacionais:						
Brasil	1.797.170	1.084.849	712.321	2.634.316	1.422.322	1.211.994
Argentina e Paraguai	821.083	381.235	439.848	815.454	467.661	347.793
Portugal e Cabo Verde	859.140	383.624	475.516	755.806	411.951	343.855
Egito	222.793	157.506	65.287	254.226	110.963	143.263
Moçambique	197.421	145.498	51.923	204.868	173.504	31.364
África do Sul	364.037	100.672	263.365	351.045	145.045	206.000
Total	4.261.644	2.253.384	2.008.260	5.015.715	2.731.446	2.284.269
Não afetos a segmentos	1.249.422	1.962.846	(713.424)	1.023.499	2.362.606	(1.339.107)
Eliminações	(546.234)	(546.234)	-	(630.477)	(630.477)	-
Investimentos em associadas	8.625	-	8.625	9.976	-	9.976
Total	4.973.457	3.669.996	1.303.461	5.418.713	4.463.575	955.138

Os ativos e passivos não alocados a segmentos relatáveis incluem os ativos e passivos de sociedades holdings e tradings não afetados a segmentos específicos.

28. Eventos após o Período de Relatório

Plano Liability Management

Em 2018, seguindo o plano Liability Management, a Companhia pré-pagou dívidas no montante de €289 milhões, reequilibrando e expandindo a curva de maturidade da dívida. Foram priorizados os empréstimos sindicalizados e bilaterais contratados nas holdings. O pré pagamento empréstimo sindicalizado correspondeu a cerca de €199 milhões, 30% do montante total, enquanto o pré-pagamento dos empréstimos bilaterais totalizou cerca de €89 milhões.

Nova Moagem de Cimento

Em Março de 2018 a InterCement adquiriu uma nova moagem de cimento na região de Matola (Moçambique) por um montante de US\$ 32,5 milhões, reafirmando o seu compromisso com o desenvolvimento económico da região.

29. Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

Na reunião realizada em 25 de abril de 2018, o Conselho de Administração autorizou estas demonstrações financeiras consolidadas.

INTERCEMENT
RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Filipa Mendes (IRO)

investorrelations@intercement.com



InterCement

Construindo
parcerias
sustentáveis